

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE GEOGRAFIA

Mateus Engel Voigt

**A Geografia Clássica de Paul Vidal de La Blache: do positivismo ao imperialismo**

Florianópolis/SC

2020

Mateus Engel Voigt

**A Geografia Clássica de Paul Vidal de La Blache: do positivismo ao imperialismo**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva

Florianópolis/SC

2020

### Ficha de identificação da obra

Voigt, Mateus Engel

A Geografia Clássica de Paul Vidal de La Blache : do positivismo ao imperialismo / Mateus Engel Voigt ; orientador, Marcos Aurélio da Silva, 2020.

85 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

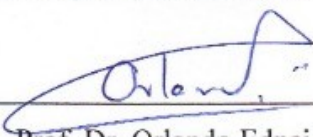
1. Geografia. 2. História do pensamento geográfico. 3. Paul Vidal de La Blache. 4. Geografia Clássica. I. da Silva, Marcos Aurélio. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Geografia. III. Título.

## Mateus Engel Voigt

A Geografia Clássica de Paul Vidal de La Blache: do Positivismo ao Imperialismo.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de “Bacharel em Geografia” pela Universidade Federal de Santa Catarina e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Geografia.

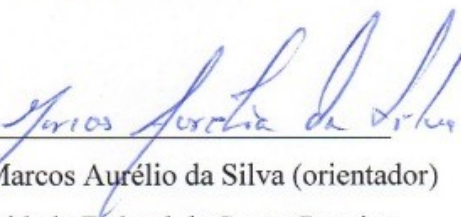
Florianópolis, 20 de Fevereiro de 2020.



Prof. Dr. Orlando Ednei Ferretti

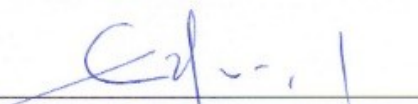
Subcoordenador do Curso

### Banca Examinadora:



Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (orientador)

Universidade Federal de Santa Catarina



Dr. Eduardo Zons Guidi

Geógrafo - Prefeitura Municipal de Florianópolis



Drª Rita Coitinho

Socióloga - Instituto Brasileiro de Museus



Este trabalho é dedicado a todas e todos os mestres vivos e mortos que contribuíram para a reelaboração do acervo teórico da Geografia. Dedico-o, ainda, ao povo brasileiro – a quem a Universidade pública deve servir.



## AGRADECIMENTOS

Tive a felicidade de contar com grande número de pessoas que contribuíram, das mais diversas formas, para que eu pudesse levar adiante e concluir este trabalho. Espero não desapontá-las.

Em primeiro lugar, agradeço ao professor-doutor Marcos Aurélio da Silva, meu orientador e amigo, que pacientemente me orientou durante a pesquisa, enriquecendo substancialmente minha compreensão teórica sobre diversos temas – principalmente daqueles que aqui expresso.

Sou especialmente grato a minha mãe, Simone e ao meu pai, Emilio que nunca mediram esforços para garantir meus estudos e que são base de minha formação, muito do que atingi hoje devo a vocês. À minha irmã Sara, com quem dividi bons e maus momentos durante nossa convivência sob o mesmo teto em Florianópolis. E, aos demais familiares pelo apoio e incentivo. Amo vocês.

Não poderia deixar de agradecer meus colegas de turma com quem ingressei em 2015.1 e demais amigos e pessoas que de alguma maneira passaram por minha trajetória da graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, seja na sala de aula ou na mesa do bar. Lembro também, de todas e todos os companheiros do Centro Acadêmico Livre de Geografia (CALIGEO) e do DCE – Luís Travassos pelas lutas travadas em defesa da universidade pública, gratuita, estatal e de qualidade. Nós que amamos a educação resistiremos!

Por fim, agradeço aos meus camaradas, que me ensinaram a lutar pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Orgulho-me de cerrar as mesmas fileiras daqueles que se entusiasmam, mesmo em mundo velho, de lutar pelo mundo novo que outros irão viver. Avançaremos!



"(...) Disse a mim mesmo. A esperança existe e não existe. Ela é como os caminhos sobre a terra. De fato, no princípio não havia caminhos sobre a terra, mas a cada vez que as pessoas iam passando em grandes grupos pelo mesmo lugar, um caminho ia se formando" (Lu Xun, 1881-1936).

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre o estudo das bases teóricas da geografia e do pensamento de um dos mais destacados geógrafos do final do século XIX e início do século XX – o francês Paul Vidal de La Blache. Por meio de um exame filológico da produção de La Blache, compilada sobretudo em obra de Haesbaert *et al* (2012), buscamos confrontar de maneira crítica suas ideias, para tanto, baseamo-nos nos escritos de Santos (2012), Moreira (1986, 2015), Sodré (1989), Moraes (1988), entre outros. Elencamos como temas centrais para compreender seu pensamento e base teórica: o positivismo, a noção de Gênero de Vida por ele cunhada, a ideologia e o imperialismo. Além disso, realizou-se uma discussão em torno do revisionismo das ideias de Vidal, que procuramos adversar com outros conceitos. Como resultado, o trabalho aponta que a geografia de La Blache, imbuída pelo positivismo, não alçou um sentido transformador da sociedade, pelo contrário, serviu para manter a ordem vigente. Seja pelo conceito de Gênero de Vida, que ajudou a cristalizar a explicação de desigualdades regionais devido às técnicas que determinada sociedade emprega, seja pela vinculação de Vidal com o imperialismo promovido pelo Estado francês.

**Palavras-chave:** História do pensamento geográfico. Paul Vidal de La Blache. Geografia Clássica.

## ABSTRACT

The present work is a study of the theoretical bases of geography and the thought of one of the most outstanding geographers of the late 19th and early 20th centuries - the French Paul Vidal de La Blache. Through a philological examination of the production of La Blache, compiled mainly in the work of Haesbaert *et al* (2012), we seek to critically confront his ideas based on the writings of Santos (2012), Moreira (1986, 2015), Sodré (1989), Moraes (1988), among others. We list as central themes to understand his thinking and theoretical basis: positivism, the notion of lifeways he coined, ideology and imperialism. In addition, there is a discussion about the revisionism of Vidal's ideas, which we try to counter with other concepts. As a result, the work points out that the geography of La Blache, imbued with positivism, did not raise a transforming sense of society. On the contrary, it served to maintain the current order either by the concept of lifeways, which helped to crystallize the explanation of regional inequalities due to the techniques that a given society employs or because of Vidal's connection with imperialism promoted by the French State.

**Keywords:** History of geography. Paul Vidal de La Blache. Classical Geography.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	OBJETIVOS .....	17
<b>1.1.1</b>	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>18</b>
<b>1.1.2</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>AS BASES DA GEOGRAFIA LABLACHEANA.....</b>	<b>19</b>
2.1	O SURGIMENTO DA GEOGRAFIA CLÁSSICA.....	19
2.2	AS BASES TEÓRICAS DA GEOGRAFIA CLÁSSICA .....	21
<b>2.2.1</b>	<b>A dicotomia possibilismo <i>versus</i> determinismo.....</b>	<b>26</b>
2.3	A GEOGRAFIA LABLACHEANA .....	28
2.4	UMA GEOGRAFIA POSITIVISTA? .....	30
<b>2.4.1</b>	<b>Conceito de positivismo .....</b>	<b>30</b>
<b>2.4.2</b>	<b>A geografia clássica e o fazer positivista.....</b>	<b>33</b>
<b>2.4.3</b>	<b>O positivismo no pensamento geográfico de La Blache .....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>A CONCEPÇÃO DE GÊNERO DE VIDA: UM CONCEITO OBSTÁCULO?38</b>	
3.1	O ALVORECER DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO DE VIDA.....	39
<b>3.1.1</b>	<b>Gênero de Vida: uma démarche original .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Gênero de vida: interlocução entre os homens e o meio geográfico.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1.3</b>	<b>O peso dado aos condicionantes naturais .....</b>	<b>42</b>
3.2	A GEOGRAFIA REGIONAL REFÉM DOS GÊNEROS DE VIDA.....	44
3.3	PARA A CRÍTICA DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO DE VIDA .....	48
<b>3.3.1</b>	<b>Uma visão contestatória do revisionismo em torno do conceito de Gênero de Vida</b>	<b>48</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Em busca de outro modelo de análise para explicar a realidade .....</b>	<b>50</b>
3.4	FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: ALTERNATIVA AO CONCEITO DE GÊNERO DE VIDA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIAIS .....	52
<b>4</b>	<b>IDEOLOGIA E IMPERIALISMO EM PAUL VIDAL LA BLACHE .....</b>	<b>57</b>

4.1	IDEOLOGIA E IMPERIALISMO NA GEOGRAFIA .....	58
4.1.1	<b>O conceito de Ideologia .....</b>	<b>58</b>
4.1.2	<b>Ideologias geográficas.....</b>	<b>60</b>
4.1.3	<b>Uma ciência a serviço do colonialismo.....</b>	<b>61</b>
4.1.4	<b>Da Geografia à Geopolítica.....</b>	<b>63</b>
4.1.5	<b>O conceito de Imperialismo .....</b>	<b>63</b>
4.2	IDEOLOGIA E IMPERIALISMO EM PAUL VIDAL DE LA BLACHE .....	65
4.2.1	<b>Um ideólogo? .....</b>	<b>66</b>
4.2.2	<b>Um geógrafo a serviço do imperialismo e colonialismo francês.....</b>	<b>68</b>
4.2.3	<b>O mito da missão civilizatória .....</b>	<b>70</b>
4.3	GEOGRAFIA ESCOLAR, UM SABER (IN)ÚTIL.....	71
4.3.1	<b>A escola e escolarização como forma de consolidação dos Estados-nacionais</b>	<b>72</b>
4.3.2	<b>Função ideológica e a geografia escolar francesa .....</b>	<b>72</b>
4.4	PLURALISMO: A GEOGRAFIA VÍTIMA DO REVISIONISMO.....	74
4.5	SUPERAR A IDEOLOGIA DOMINANTE E CONSTRUIR UMA GEOGRAFIA ANTIIMPERIALISTA .....	77
5	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>80</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Geografia Clássica, instituída como cátedra nas universidades europeias no século XIX, para autores como Dresch (2016), Lacoste (2012), Moreira (1986), Pereira (2009) e Santos (2012), nasce e atua como ideologia do capitalismo no período da expansão imperialista a serviço dos Estados Nacionais, ou como “auxiliar da administração de Estado” (MOREIRA, 1986). O desenvolvimento teórico da Geografia articula-se assim com motivações de natureza política, eminentemente estratégicas:

A conquista de novos territórios supõe um conhecimento prévio dos mesmos que pode ser conseguido facilmente através desta disciplina [geografia]. Concluída a fase exploratória, a consolidação da geografia prossegue através de estudos dos territórios coloniais que exigem conhecimentos cada vez mais especializados. Isto explica a importância das Sociedades Geográficas por toda a Europa e a receptividade encontrada pela geografia junto aos poderes públicos (PEREIRA, 2009, p. 43-44).

Enquanto ideologia, a geografia era adaptada de acordo com as necessidades de expansão dos países centrais e de justificação de sua ação imperialista. Desta forma, para Milton Santos (2012, p. 31), “uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço”.

O presente trabalho versa sobre o estudo crítico das bases teóricas e do pensamento geográfico<sup>1</sup> de um dos mais destacados geógrafos do final do século XIX e início do século XX – o francês Paul Vidal de La Blache. Enfocamos o período compreendido entre 1873-1918 – partindo do momento em que Vidal inicia sua carreira acadêmica em Nancy, até o ano de sua morte – íterim no qual de conhecimento praticamente ausente na França, a geografia se transformou em ciência muito avançada, rivalizando com a geografia alemã, a partir da qual ela emergiu.

Apesar das ideias de Vidal e da Geografia Clássica terem sido criticadas a partir dos anos 1950 e, com mais fôlego, nos anos seguintes quando emerge a Geografia Crítica, assiste-se neste campo científico, como pontua Lacoste (2012, p. 96), uma “desconfiança, ou até

---

<sup>1</sup> Para Moraes (1988, p. 32), “por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura”.

recusa, em relação a toda reflexão epistemológica”, em que os geógrafos preferem se abster de qualquer debate. Sobre isso, Lacoste (2012, p. 100) dirá que:

A indolência dos geógrafos com relação aos problemas teóricos, indolência que se estabeleceu desde alguns anos, entre certas pessoas, com alergia às vezes brutal, é acompanhada por sua preocupação em evitar toda e qualquer polêmica que possa desembocar num problema teórico.

Concordamos com Milton Santos (2012, p. 110), para quem uma das razões da lenta e até decepcionante evolução da geografia é “imputável ao peso que as velhas ideias têm dentro desta disciplina”. Nós, geógrafos e geógrafas, apegamo-nos a um problema ou tema e guardamo-lo durante décadas, repetindo o saber sem questionarmos seu conteúdo:

Em vez de perseguir um saber novo, preferimos deliciar-nos com a reprodução do saber velho. Isso é possível pelas formas de cooptação que, embora diferente segundo os lugares, terminam oferecendo os mesmos resultados, isto é, a canonização dos modelos. A propósito disso, o julgamento de J. Levy (1975, p. 64) é bem rigoroso. ‘A cooptação das ideias’ diz ele, ‘completa a cooptação das pessoas e os geógrafos já instalados lutam tanto mais para manter suas ideias em vigor quanto essas ideias são pouco defensáveis’. O papel dos chefes de cátedra (aqueles a quem os franceses sem malícia chamam de ‘o patrão’), a maneira como se faz o acesso à profissão de ensinar, as formas de aceitação dos trabalhos, a organização da pesquisa e de sua difusão, tudo isso dá aos chamados grandes professores uma posição de prestígio incontestável que impede de colocar em discussão as suas ideias, mas, ao contrário, induz a reproduzi-las, por mais velhas que sejam (SANTOS, 2012, p. 110-111).

Dessa forma, pactuamos com Lacoste (2012, p. 61), que sem se intimidar com polêmicas afirma que

Criticar Vidal de la Blache por não ter exposto seu método pode parecer o efeito de um purismo um tanto quanto anacrônico, e o mecanismo dessa polêmica pode parecer bem restrito. Se atentarmos bem ele é, contudo, muito mais importante do que pode parecer.

Para tal empreitada, realizamos a revisão bibliográfica das obras de La Blache disponíveis em português, que se encontram, sobretudo, compiladas em obra de Haesbaert *et al* (2012) e de livros sobre a história do pensamento geográfico com o intuito de fornecer as bases de nossa crítica. Para realizar tal esforço com rigor, baseamo-nos num exame filológico dos escritos analisados, entendendo filologia da forma como Antonio Gramsci a definiu, como “um instrumento indispensável para defender a objetividade da reconstrução do passado e, em particular, do pensamento de um autor” (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 513), em que certos cuidados devem ser tomados na reflexão em relação à reconstrução do pensamento de um autor, sendo fruto “de um trabalho minucioso e conduzido com o máximo escrúpulo de exatidão e honestidade científica” (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 514).



Neste sentido, não pretendemos fazer tábula rasa da produção teórica de La Blache, levando em conta a sua herança cultural de que era legatário. Para efetuar a crítica ao seu pensamento partimos do conhecimento existente de Vidal, baseando-nos na perspectiva crítica de Marx:

Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de ‘crítica’, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o ‘bom’ do ‘mal’. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETTO, 2011, p. 18).

De tal maneira, não ignoramos o esforço de Vidal de La Blache enquanto “fundador” da geografia francesa em encontrar leis ou princípios que norteassem a nascente disciplina geográfica como ciência moderna. Deve-se a Vidal, tributário de Humboldt, o princípio da Geografia Geral, a ideia de unidade da terra e o desenvolvimento da Geografia Regional. Mesmo que hoje a validade desses princípios seja contestada, para a época constituíram um progresso pioneiro para a ciência geográfica.

A fim de objetivar a leitura crítica da produção teórica de La Blache, apresentaremos no primeiro capítulo as influências teóricas, como Humboldt, Ritter, Kant e Ratzel, que pesaram sobre a formação da geografia clássica de La Blache. Passando a analisar, sobretudo, como o ideário positivista penetrou no método do fazer geografia de Vidal.

Em seguida, destrinchamos o conceito de Gênero de Vida elaborado pelo geógrafo francês. Conceito que ajudou a cristalizar a explicação de desigualdades regionais devido às técnicas que determinada sociedade emprega. Buscando apresentar uma alternativa à explicação dos fenômenos sociais, em contraponto ao Gênero de Vida, apontamos a contribuição dada por Milton Santos com a categoria de formação sócio-espacial, forma mais refinada para explicação da totalidade das relações sociais.

Por fim, expomos como a Geografia produzida por La Blache serviu de instrumento ideológico às classes dominantes francesas, e como ele mesmo absorve a ideologia dessas classes. Além disso, evidenciamos a vinculação e defesa de Vidal ao imperialismo empreendido pelo Estado francês.

## 1.1 OBJETIVOS

As questões fundamentais que nos propomos a debater neste trabalho estão sintetizadas pelos seguintes objetivos geral e específicos.

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Apresentar, de maneira crítica, as bases teóricas da geografia e do pensamento geográfico de Paul Vidal de La Blache.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Identificar a filiação positivista no pensamento de Paul Vidal de La Blache;
- b) Apontar os limites do conceito vidaliano de Gênero de Vida;
- c) Demonstrar que há uma ideologia geográfica no pensamento de La Blache;
- d) Indicar a vinculação de La Blache com o imperialismo empreendido pelo Estado francês.

## 2 AS BASES DA GEOGRAFIA LABLACHEANA

O objetivo deste capítulo é discutir a penetração do ideário positivista na produção teórica de La Blache. Para tanto, se faz necessário compreender o período histórico no qual o geógrafo francês estava inserido, para assim apresentar as matrizes filosóficas que influenciaram a Geografia lablacheana. Se as obras de Löwy (1985) e Mészáros (2014) nos fornecem os elementos necessários para a discussão sobre positivismo, é Suertegaray (2005) quem demonstra a influência positivista no método geográfico. Também em geógrafos como Moreira (1986; 2015), Santos (2012), Moraes (1988), Mamigonian (2003), Lacoste (2012) e no historiador marxista Werneck Sodré (1989), encontramos o cabedal necessário da história do pensamento geográfico. Além disso, os textos de La Blache, organizados na obra de Haesbaert *et al* (2012), servirão para sustentar ou contrapor os pontos aqui debatidos.

### 2.1 O SURGIMENTO DA GEOGRAFIA CLÁSSICA

A Geografia moderna nasce como um projeto da revolução burguesa. Entretanto não surge na Inglaterra ou na França onde ocorre nos séculos XVII e XVIII, respectivamente, mas sim “como um fenômeno alemão, em que a revolução burguesa mais se atrasa” (MOREIRA, 2015, p. 13). Coube a Kant conferir a percepção geográfica do mundo e posteriormente a Humboldt e Ritter a instituição da Geografia no mundo científico, já no final do século XVIII e início do século XIX. Porém, o pensamento destes geógrafos alemães cai no ostracismo e levou quase meio século até que a Geografia voltasse a despontar na academia.

Para Ruy Moreira (2015, p. 16) o período iniciado “no final da segunda metade do século XIX, é o período de uma nova fase”, o momento em que se realiza um esforço epistemológico dentro da geografia para “recuperar a integralidade de visão de mundo que tinha antes”. É justamente num momento histórico, uma fase de grandes transformações técnicas e consolidação da burguesia europeia enquanto classe dominante, que surge a *Geografia Clássica* dos consolidadores<sup>2</sup>, na qual se insere inteiramente o francês Paul Vidal de La Blache.

---

<sup>2</sup> Ruy Moreira (2015, p. 22) chama de “clássicos os consolidadores da Geografia moderna”, ou seja, os geógrafos “que vêm na sequência da geração criadora”, onde se inserem Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859).

Vidal De La Blache nasce em 22 de janeiro de 1845 em Pézenas, na França, numa família ligada ao aparelho de Estado francês. Vidal adquire dupla formação em história e geografia em 1866, ocupando a primeira cadeira de geografia universitária na Universidade de Nancy, entre 1873 e 1877. Após esse período passa a lecionar na *École normale* (1877-1898) e depois na Sorbonne, a partir de 1899. Sua produção teórica se insere num contexto em que a burguesia já se estabelece como classe dominante – superando o período de desenvolvimento iniciado na revolução francesa, perdendo, portanto, seu caráter revolucionário, como destaca Silva (2019).

Cabe destacar que este período revolucionário da burguesia, “o mundo da época da Revolução Francesa” como escreve Silva (2019, p. 17) “tem já consciência do problema colonial”. Como fica expresso na amizade de Alexander von Humboldt com Simón Bolívar, a quem o naturalista e geógrafo alemão se refere como “fundador da liberdade e da independência da sua bela pátria”, comparando “o jugo espanhol sobre suas colônias a ‘uma espécie de posse feudal’” (SILVA, 2019, p. 16). Silva (2019, p. 17) expõe que a filosofia clássica alemã “soube interpretar as contradições do seu tempo não apenas como contradições que punham em questão a ordem feudal europeia”, o que fica evidente na *Fenomenologia do Espírito* em que Hegel reconhece “a luta dos jacobinos negros do Haiti contra a escravidão e o colonialismo como o ponto alto das lutas capazes de fundar o mundo moderno”.

Feita a distinção da burguesia desses períodos, retornemos à segunda metade do século XIX, momento em que a economia francesa, como aponta Mamigonian (2003, p. 9), “transformou-se vagarosamente, por um ‘deslocamento progressivo do centro de gravidade da agricultura para a indústria e por uma lenta evolução dos métodos de organização industrial’”. Apesar da influência tardia da Revolução Burguesa e Industrial na Alemanha, as transformações ali realizadas após 1871 e nos quarenta anos que se seguiram foram mais completas que na França.

Em 1871 a França saiu derrotada da guerra franco-prussiana e assistiu em Versalhes a proclamação do Império alemão. A “derrota francesa significou um grande choque na ideia de ‘grandeza’ da França, provocando grandes reviravoltas materiais, políticas e mentais” (MAMIGONIAN, 2003, p. 12), o que “despertou sentimentos nacionais intensos, inclusive entre os intelectuais, e uma autocrítica cultural e ideológica, que desembocou na valorização dos estudos geográficos, até então incipientes na França, comparativamente à Alemanha” (MAMIGONIAN, 2003, p. 12).

Para Mamigonian (2003, p. 13) a derrota francesa de 1871 e uma crise econômica prolongada impulsionaram “pressões no sentido de conquistas coloniais e investimentos financeiros no exterior, o que igualmente reforçou a presença na vida francesa das antigas sociedades de geografia”, estimulando “o desenvolvimento dos estudos geográficos modernos, como praticados na Alemanha”. Apesar do lento crescimento econômico e populacional entre 1870-1913, “em pleno processo de retração tanto econômica como política frente à Alemanha” (MAMIGONIAN, 2003, p. 14) é curioso que a França

tenha desenvolvido sua ciência geográfica de maneira muito dinâmica, copiando inicialmente a geografia alemã, alcançando originalidade reconhecida mundialmente nas primeiras décadas do século XX e não só rivalizado, como ultrapassado a geografia alemã, que dava sinais de degenerescência na década de 30 (MAMIGONIAN, 2003, p. 14).

Se durante o período da Geografia Moderna vimos a burguesia em seu desenvolvimento se apresentando como classe revolucionária, a partir de 1848, na Europa, ela parte para uma fase de estabilização que dura até 1930, onde adquire um verniz conservador, ao passo que nas colônias ela se torna ultrarreacionária, passando a opor liberdade e igualdade. Para Lênin e Gramsci, como aponta Silva (2019, p. 17), “com a chegada ao poder de Napoleão III, se concluiu ‘provisoriamente o período das revoluções de baixo e começava o período de revoluções pelo alto’”, momento que marca “uma clara bifurcação entre sociedades ocidentais e orientais”.

Esse período, representado pela consolidação da sociedade burguesa, fez abrir “na Ásia e na Europa oriental, claramente a fase das agitações imperialistas, lidas por Lênin como aquela em que a burguesia passa a se comportar com as mesmas tintas reacionárias dos feudais da fase democrático-burguesa” (SILVA, 2019, p. 18). Tal é o panorama socioeconômico da Europa, que influenciará toda a obra de La Blache.

## 2.2 AS BASES TEÓRICAS DA GEOGRAFIA CLÁSSICA

A Geografia como cátedra, fundada no final do século XVIII e início do século XIX, apresenta um problema epistemológico extremamente complexo, já que ela, como aponta Sodré (1989, p. 30) “ , de um lado, uma ciência da natureza, e, de outro lado, uma ciência da sociedade”. Devido à época histórica, recebeu extraordinário impulso das ciências naturais, aceitando “como indiscutível o primado do meio sobre o homem”, e “mesmo quando aparece a Geografia Humana, esse primado continua a ser reconhecido” (SODRÉ, 1989, p. 30).

Milton Santos, ao traçar a herança filosófica da Geografia Clássica, aponta que Hegel influenciou as obras de Ratzel e Ritter – citando S. Mehedinti para quem “Ritter teria sido influenciado por Kant, e Humboldt, por Comte. Ora, os princípios da geografia de La Blache e de Jean Brunhes são uma herança direta tanto de Ritter como de Humboldt” (SANTOS, 2012, p. 48). Também Marx teria influenciado os trabalhos de Ratzel, Vidal de La Blache e de Jean Brunhes, todavia, para Santos (2012, p. 48), “foi a herança idealista e positivista que, afinal de contas, acabou por se impor à geografia”, em que “o cartesianismo, o comtismo e o kantismo eram frequentemente apoiados e misturados aos princípios de Newton e também ao darwinismo e ao spencerismo”.

A principal fonte do determinismo se encontra no evolucionismo (influenciado pelo darwinismo e spencerismo) e pelo positivismo. Apesar de nas obras de Vidal de La Blache e de seus discípulos as ideias evolucionistas parecerem estar abandonadas, este abandono não ocorre de forma explícita. Santos (2012, p. 49) sustenta que raramente

suas preferências e filiações filosóficas são postas a nu: o que lhes deixava à vontade para dançar a valsa interminável que os levava dos braços, hoje, de um Kant aos de Marx amanhã, sem trair o racionalismo cartesiano nem, todavia, o positivismo de Comte e Poincaré.

A noção de espaço absoluto de Newton é que influencia esta Geografia. Para Santos (2012, p. 49) pode-se “fazer uma aproximação entre a filosofia de Newton e a dos positivistas”, uma vez que o cientista inglês “estabeleceu uma linha de separação bastante clara entre a ciência e a metafísica”. Isso se reflete na “ideia de um espaço absoluto e imutável, do qual o espaço relativo apenas seria uma medida” (SANTOS, 2012, p. 49).

Kant tomará de Newton a noção do espaço como receptáculo e podemos também aqui traçar um paralelo com a célebre frase de La Blache “não existem necessidades, mas em toda parte existem possibilidades”. De fato, os dois pensadores, como aponta Santos (2012, p. 50):

Servem juntos ao combate do ‘possibilismo’ contra o ‘determinismo’ mas não podem ajudar a que nesse terreno se registrem progressos importantes e se possa avançar mais: paralelamente ao credo possibilista, afirma-se também a ideia regionalista que é apenas um nome diferente para o determinismo.

Abordaremos este tema no segundo capítulo, demonstrando como a geografia regional de Vidal de La Blache pode incorrer em certo determinismo geográfico. Por enquanto, basta retornarmos às influências de Kant e Newton na análise espacial. Milton Santos (2012, p. 50-51) escreve que:

Na *Crítica da Razão Pura* é proposto que se considere o espaço como a condição de possibilidades dos fenômenos e não como uma determinação deles resultante. Segundo a noção kantiana, o espaço ‘é uma representação *a priori*, fundamento necessário dos fenômenos externos’. Aqui estamos bem mais próximos da noção do espaço absoluto de Newton, ‘um receptáculo’. Um espaço ‘condição de possibilidade’ termina por ser a base filosófica tanto para os possibilistas quanto para os deterministas. Não é por outra razão que a escola possibilista jamais conseguiu realizar todas as esperanças e projetos que ela alimentou.

Desde os princípios da geografia clássica, quando se trata de interdisciplinaridade, a história foi considerada como irmã de nossa ciência. Para Kant “a história se ocupava da descrição dos acontecimentos de acordo com o tempo e a geografia se ocupava do mesmo objeto de acordo com o espaço” (SANTOS, 2012, p. 134), ou seja, “a história relataria os acontecimentos que se sucedem no tempo; a geografia se ocuparia dos acontecimentos que se realizam simultaneamente no espaço” (SANTOS, 2012, p. 134).

Tal concepção kantiana fez escola, perdurando por um longo período, La Blache, sendo também historiador, seguiu tal postulado. Como lembram Grataloup e Levy, mesmo Pierre George, ao escrever que “a geografia é o prolongamento da história” e o “geógrafo um historiador do atual”, mostra, por este caminho, uma clara filiação vidaliana (SANTOS, 2012, p. 134). É verdade que La Blache (1899, p. 78) esboça uma concepção histórica da sociedade segundo a qual, “no mundo físico como nas coisas humanas, o presente não se compreende sem o passado”. Mas isso não significa que a história comporta uma dialética. Todo o problema parece estar na forma como se estabelece, no conhecimento geográfico, a relação entre natureza e história.

Pereira (2009, p. 62) explica que “a separação entre ciências naturais e ciências humanas, tão característica da cultura moderna, já está presente no pensamento de Kant”, sendo seu criticismo “responsável pela distinção “*entre el mundo natural, objeto de la razón teórica, y el mundo moral, dominio de actuación de la razón práctica*” (MENDONZA, 1982, p. 29 *apud* PEREIRA, 2009, p. 62). De fato, como demonstra Pereira (2009, p. 62-63), em rica passagem que apresenta os fundamentos kantianos a ciência geográfica, esta distinção terá uma influência nefasta na Geografia moderna:

Kant distingue dois grupos de ciências: as ciências a priori (especulativas), apoiadas na razão, entre as quais situa a matemática e parcialmente a física, e as ciências a posteriori (empíricas), que são feitas a partir do entendimento e têm origem na experiência. Entre estas últimas é que ele incluía história e a geografia. Em consequência, admite que ambas são ciências descritivas, sendo que a primeira – a geografia – se caracteriza por ser corológica, e a segunda – a história –, cronológica. Tanto a geografia como a história têm sua origem no processo de localização no espaço, a história o faz no tempo. Pelos seus cursos, pode-se concluir que Kant aceita também a divisão entre geografia humana e a geografia física, entre

antropologia e geografia, entre história e natureza, enfim entre o reino da liberdade e o reino da necessidade. Essa distinção avança até o século XIX, quando a aplicação do modelo conceitual e metodológico das ciências físicas e naturais é estendido também ao estudo do domínio dos fenômenos humanos, abrindo uma perspectiva inédita em que, aparentemente, alcançava-se a construção de um conhecimento geográfico integrador.

Moreira (1986, p. 23) reforça o apontamento anterior, o que nos leva a enxergar a distinção entre geografia humana e geografia física é apenas uma distinção de “sentidos” para um mesmo campo empírico: “este conhecimento empírico advém da percepção pelos sentidos, havendo um ‘sentido interno’, que revela o homem (antropologia pragmática), e um ‘sentido externo’, que revela a natureza (geografia física)”. Também Mamigonian (2003, p. 22) aponta que ao combater “o determinismo de Ratzel, P. Vidal de La Blache assumiu uma posição neo-kantiana”, incorporando a influência de Kant também nos “estudos regionais, que procuraram decifrar as relações entre os homens e as condições naturais, numa visão kantiana de mútuas influências” (MAMIGONIAN, 2003, p. 23).

Tanto para Pereira (2009) como para Lacoste (2012), a geografia francesa é edificada sobre uma base formada pelos trabalhos de geógrafos alemães. Mas se trata não da primeira geração, a geração dos fundadores, e sim dos consolidadores. Pereira (2009, p. 45) pontua que “apesar da intensa crítica que sofrem devido ao seu germanismo” as ideias de Friedrich Ratzel serão especialmente assimilados por La Blache, e “embora a obra de Ratzel seja desconhecida na França, certas ideias que ele havia desenvolvido se encontram na geografia humana francesa” (LACOSTE, 2012, p. 101). É o próprio La Blache (1898, p. 420) que reconhece tal influência:

Na mobilidade perpétua das influências que se intercambiam entre a natureza e o homem, seria sem dúvida uma ambição prematura querer formular leis. Mas parece claro que certos princípios de método já estão se revelando. Se esta apreciação, por mais insuficiente que seja, conseguir despertar tal ideia nos leitores, eu queria que ela se tornasse, para eles, um motivo para se reportar aos escritos do Sr. Ratzel. Eles encontrarão aí, com todos os desdobramentos que comporta, uma concepção da geografia política que responde, em suma, ao presente estado da ciência.

Certamente, La Blache (1903, p. 109) expõe também a contribuição dada por Humboldt e Ritter para a Geografia humana, havendo semelhanças com aquela apresentada no *Cosmos* de Humboldt, de uma unidade terrestre; “ela [geografia humana] entra no plano dos fenômenos terrestres, unidos por uma íntima cadeia de causas”. De acordo com Vidal, Ritter, “abrangendo o problema geográfico em toda a sua amplitude (...) considerava cada parte da Terra como digna de igual atenção” (LA BLACHE, 1903, p. 109).



Vidal de La Blache (1896, p. 57) elogia Humboldt, afirmando que “a influência que ele exerceu sobre a geografia, vista de bom grado como sendo muito fecunda, consiste sobretudo nos tipos que ele criou, nos quadros metódicos de observação que constituiu”. Para o geógrafo francês, Humboldt também combatia a incoerência de observar os fatos isolados, “pois o que procurava alcançar era, sobretudo, a conexidade dos fenômenos e as influências recíprocas que se intercambiam entre as diversas partes do organismo terrestre” (LA BLACHE, 1896, p. 57).

Por fim, La Blache (1896, p. 60) escreve sobre a influência da geografia clássica alemã que “sua fecundidade está longe de ser esgotada e porque haveria ainda benefícios para a ciência atual se fortalecer”, acrescentando que estas ideias “apresentam um interesse histórico: trazem a marca de um momento raro, aquele em que o feixe de conhecimentos diversos que constitui uma ciência permanece ainda muito estreito para que seja possível abarcar todo o conjunto” (p. 60-61). E conclui que “é por vezes com tons de revelação que Humboldt e Ritter falam das leis terrestres e da correspondência íntima entre os fenômenos” (LA BLACHE, 1896, p. 61).

Num período marcado pela especialização cada vez maior dos ramos científicos, Vidal de La Blache entrará em confronto com Durkheim. O debate diz respeito à proposta do último para incluir a geografia numa classificação básica das ciências sociais, ou seja, Vidal “marca a ruptura, de fato, entre a geografia e as ciências sociais, embora analise com mais finura os ‘fatos humanos’ levados em consideração pelo raciocínio geográfico” (LACOSTE, 2012, p. 102). De acordo com Santos (2012, p. 136)

a ideia de uma morfologia social, isto é, de uma disciplina sociológica particular tratando das modalidades de transformação de sociedade em espaço geográfico, desagradou profundamente a Vidal de La Blache e provocou uma discussão cuja consequência maior foi uma separação prolongada entre a geografia e a sociologia. O resultado foi o empobrecimento da geografia, e mesmo o nascimento de disciplinas paralelas que se ocupavam – e se ocupam ainda hoje – de aspectos que poderiam ter ficado dentro da geografia se as disputas entre disciplinas individuais tivessem tomado uma outra direção.

Acerca disso, Vidal dirá que:

As diferenças entre a ciência geográfica e as ciências puramente humanas, como a Sociologia e a História, aparecem com nitidez nas explicações que temos apresentado, de modo que seria supérfluo insistir neste aspecto. Embora de ordens distintas, certamente elas são convocadas a prestar grandes serviços recíprocos. Contudo, é essencial por que cada uma guarde nítida consciência de seu objeto e de seu próprio método (LA BLACHE, 1903, p. 123).

De fato, pode-se compreender esta separação. Ela no fundo significa uma “naturalização” da ciência geográfica, seu apego ao método das ciências da natureza. Eis como se pode compreender também que, louvando os métodos integradores de Humboldt, La Blache, todavia, rejeita falar do anticolonialismo que igualmente marcou o geografia do pensador alemão, mais influenciada pelos ventos progressistas da Revolução francesa.

### 2.2.1 A dicotomia possibilismo *versus* determinismo

Na história do pensamento geográfico cristalizou-se a classificação de Ratzel como geógrafo determinista e de La Blache como possibilista. Obras como de Santos (2012), Moreira (2015), Mamigonian (2003) e Campos (2014) analisam de maneira crítica tal definição, apontando as limitações que o enfoque dicotômico trouxe para a história do pensamento geográfico, redundando no entendimento de uma oposição completa do pensamento de La Blache em relação a Ratzel. Como demonstra Campos (2014, p. 423):

Apesar de algumas pequenas divergências, os dois convergiam no tratamento dado à região e ao Estado, tanto na defesa do colonialismo quanto na própria visão geopolítica. O papel realizado pelo meio nas diversas atividades humanas analisadas por Vidal possuía, muitas vezes, uma visão ‘determinista’.

Um dos debates mais profícuos sobre o tema é lançado por Milton Santos no final da década de 1970. Para ele a disputa entre deterministas e possibilistas se mostra falsa, uma vez que “a discussão a respeito do problema do determinismo foi desde o início deformada, a começar pela própria denominação” (SANTOS, 2012, p. 43). De acordo com o geógrafo baiano se confunde a noção de *determinismo* com a de *necessitarismo*, de modo que o primeiro vocábulo é utilizado em lugar do segundo, um uso que para Santos (2012, p. 43) pode ter servido para “desacreditar aqueles que estudavam o desenvolvimento da História como um resultado de uma ação complexa, mas fatal, de causas profundas agindo concretamente e em concerto em um dado momento no tempo”.

A polêmica mais famosa entre “deterministas” e “possibilistas” é certamente a que confronta os seguidores de Ratzel e La Blache, em que os últimos arrogam

o privilégio de incluir a ação do homem como um fator a considerar e admitindo que os ‘deterministas’ (denominação que os ‘possibilistas’ atribuíram a Ratzel e seus discípulos) davam prioridade aos fatores naturais cuja causalidade é considerada como irrecusável (SANTOS, 2012, p. 44).

Voltemos à discussão sobre a denominação da noção de determinismo em confrontação com necessitarismo. Segundo Milton Santos (2012, p. 44), o historiador H. Berr,

defende que “quando se refere ao que então se chamava de determinismo”, se está propondo “que de preferência se diga *necessitarismo*”, uma vez que “uma determinação, sociologicamente entendida, deve ser distinguida claramente duma necessidade”. Para Santos (2012, p. 44) “*determinismo é causalidade natural*”, e “entre as causas que, na natureza, *determinam* os fenômenos, algumas são *contingentes*”. Entre essas causas contingentes, incertas ou casuais, algumas se apresentam como geográficas, mas “o problema reside em saber se existem *necessidades geográficas* e se os fenômenos naturais podem agir como causas necessárias sobre uma humanidade ‘puramente receptiva’” (SANTOS, 2012, p. 44).

A conclusão para Santos (2012, p. 44) é que, tomada em seu sentido original, “a noção de determinismo não suprime a ideia de possibilidade, e, ao contrário, a reforça”, apontando como verdade banal a célebre frase de Vidal de La Blache, que escreve “não existem necessidades, mas em toda a parte existem possibilidades”. Para Santos (2012, p. 44) “o reino do possível não é o mesmo do aleatório, mas o da conjunção de determinações que juntas se realizam a um dado tempo e lugar”, e dessa forma os fenômenos espaciais não são mero reflexo de fatalidades e tampouco de fatores possibilistas ou deterministas – querela que “serviu apenas para retardar a evolução da geografia” (SANTOS, 2012, p. 44).

Para Ruy Moreira (2015, p. 42), o historiador Lucien Febvre, ao definir o pensamento de La Blache como possibilista e o de Ratzel como determinista, está “confundindo alhos com bugalhos”. Trata-se de uma definição dicotômica:

Nem Vidal de La Blache é possibilista e nem Ratzel é determinista, e tanto em um quanto em outra a história aparece como possibilidade (não como possibilismo), em ambos a possibilidade histórica aparece no âmbito das relações do homem com o meio, mas não para se expressar em um como isto e em outro como aquilo.

De fato, para Mamigonian (2003, p. 22), “tanto o possibilismo lablachiano quanto o determinismo ratzeliano foram visões empobrecedoras”, uma vez que tratavam da relação homem-natureza e não de sociedade-natureza, removendo a compreensão da totalidade, como Marx já havia observado na *Introdução à crítica da economia política*, de 1857:

‘em todas as formas de sociedade há uma produção determinada que é superior a todas as outras’ e ‘em todas as formas em que predomina a propriedade da terra, a relação com a natureza é predominante; naquelas formas em que reina o capital, é o elemento social produzido historicamente que prevalece’ (MARX, *apud* MAMIGONIAN, 2003, p. 22-23).

Partindo da análise feita por Marx, Mamigonian (2003, p. 23) propõe como superação do empobrecimento de tal análise dos dois geógrafos clássicos:

conhecer o sistema natural e a estrutura da sociedade; isto é, sua formação econômico-social, cujo eixo central são as relações de produção (de propriedade e de

trabalho), pois as relações dos homens com a natureza são mediadas pelas relações dos homens uns com os outros. Para decifrar um país ou uma região seria preciso analisar as múltiplas determinações naturais, técnicas, de trabalho, de propriedade, culturais, políticas, etc que se combinam num todo concreto e localizado.

### 2.3 A GEOGRAFIA LABLACHEANA

Segundo Mamigonian, para desenvolver a nascente geografia francesa e sua própria teoria, La Blache teve que “usufruir ele próprio e seus discípulos o que havia de mais avançado no exterior e na França” (MAMIGONIAN, 2003, p. 18). Por outras palavras, na sua luta pela gênese da geografia universitária, na França era preciso inventar a própria “geografia francesa”, tarefa que, segundo o geógrafo brasileiro acima citado, (2003, p. 22) “foi facilitada pelo terreno virgem no campo universitário, diferentemente do que acontecia com a história, o que permitiu aproveitar o que havia de mais avançado: as ideias alemãs, mas que não podiam ser simplesmente copiadas”.

Como vimos, não há dúvida quanto a esta absorção das influências externas e notadamente alemãs. No entanto, este é um argumento que deveria ser empunhado com moderação, e isto pelo menos por dois motivos: 1. Se estamos falando da geografia pré-1848, a geografia de Humboldt, La Blache despreza justamente o aspecto mais avançado, o anticolonialismo de Humboldt; 2. Por outro lado, se se trata da geografia alemã da segunda metade do século XIX, é duvidoso usar a noção de mais “avançado”, pois Ratzel era um positivista e nisto La Blache não se diferencia dele, bem como na visão que tem do Estado, francamente a serviço da expansão territorial, como ocorre com Ratzel. Moreira (1986, p. 35) parece apreender melhor esta ordem de problemas ao definir a influência científica de La Blache em seu país:

La Blache personificará a ‘escola francesa’, por espalhar em suas ideias melhor que qualquer de seus companheiros as aspirações do Estado francês. Será o arquiteto da geografia que ganhará foros de oficialidade na França. A cátedra de geografia que assume na Sorbonne, em 1900, será o pólo de irradiação do discurso geográfico oficial. Ao morrer, em 1918, nas chefias dos departamentos de geografia da França, que se haviam multiplicado notavelmente após a guerra de 1870, estarão discípulos de La Blache ou discípulos de seus discípulos.

De fato, Pereira (2009, p. 45) sustenta que “a escola geográfica francesa nasce como instrumento capaz de auxiliar na recuperação da imagem de grande potência que a França perdera ao sair derrotada da guerra com a Alemanha”. É assim que a Geografia será alçada ao nível de ciência por Paul Vidal de La Blache, cátedra pela qual “trabalhou sempre no sentido

de definir o campo, as técnicas e os objetivos da disciplina que esposara” (SODRÉ, 1989, p. 86).

Não há dúvida, como lembrou Lacoste (2012, p. 101), de que “não se pode compreender a influência exercida pelo pensamento de Vidal de La Blache se teirmos em só considerar os efeitos negativos”, devendo-se também “sublinhar seus aspectos positivos, pois são esses que tornaram possível, em grande parte, seu papel preponderante até uma época recente”.

Lacoste (2012, p. 101) apresenta uma série de contribuições dadas por Vidal para a Geografia. Foi ele que

mostrou como as paisagens de uma região são o resultado das superposições, ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais. As paisagens que ele esmiúça e analisa são, essencialmente, uma herança histórica. Por causa disso, Vidal de La Blache combate com vigor a tese ‘determinista’ segundo a qual os ‘dados naturais’ (ou um dentre eles) exercem uma influência direta e determinante sobre os ‘fatos humanos’ e ele dá um papel importante à história, para captar as relações entre os homens e os ‘fatos físicos’.

La Blache buscou contribuir na definição do campo de trabalho e objeto de estudo da geografia, bem como descobrir leis e princípios gerais com o objetivo de assegurar à geografia uma posição de disciplina científica. Ele estabeleceu:

a unidade dos fenômenos terrestres; a combinação variável desses fenômenos; o laço entre a Geografia e todos os fenômenos da superfície da Terra; o reconhecimento da influência do meio e sua relação com o homem; na necessidade de um método científico para definir e classificar os fenômenos; e o reconhecimento da importância do papel do homem na modelagem do meio geográfico (SODRÉ, 1989, p. 86-87).

Vidal de La Blache apresenta um salto importante na discussão da influência do meio sobre a sociedade, reconhecendo que o homem domina a natureza. Sobre a influência do meio na atividade humana e daqueles que observam na natureza condições fortemente restritivas e imperiosas dirá que “nada de mais generalizado e mais antigo a ser admitido” (LA BLACHE, 1903, p. 118) e que

seria pouco científico, sob esta aparência, abstrair tal situação. Tais influências existem – por mais difícil que seja extraí-las, graças à complexidade de nossas sociedades. Elas existem, embora seja apropriado reconhecer que, nas sociedades superiores, não agem com o mesmo alcance do que nas demais (LA BLACHE, 1903, p. 119).

Na esteira das contribuições ao método da Geografia inseridos por La Blache (1898, p. 416) está aquela de considerar os fenômenos em movimento. Para ele “os fatos da geografia política não são entidade fixas”, enquanto “Cidades e Estados representam formas

que já evoluíram até chegar ao ponto em que as apreendemos, e talvez ainda estejam evoluindo”, concluindo que “é preciso assim considerá-las como fatos em movimento”.

Porém “movimento” para La Blache não parece ser nunca o movimento dialético, a evolução não parece ser nunca a evolução para formas superiores de relações de produção, como aparece na dialética histórica de Marx e Engels desde pelo menos a publicação do Manifesto Comunista de 1848<sup>3</sup>. Assim, não tratando a história em chave dialética, La Blache não apreende a história como relação espaço-tempo.

De fato, para Vidal de La Blache, “a geografia humana é essencialmente o estudo das formas de *habitat*, a repartição espacial da população” (LACOSTE, 2012, p. 102). Dessa forma, como pontua Yves Lacoste (2012, p. 102), “a concepção vidaliana da geografia, que apreende o homem na sua condição de habitante de certos lugares, coloca, de fato, o estudo dos ‘fatos humanos’ na dependência da análise dos fatos físicos”, de tal maneira “os quadros espaciais, os lugares são essencialmente concebidos como quadros físicos (‘espaços naturais’, ‘meios geográficos’, ‘regiões naturais’ ou delimitados por dados naturais)”.

## 2.4 UMA GEOGRAFIA POSITIVISTA?

### 2.4.1 Conceito de positivismo

Michael Löwy apresenta três ideias principais do que seria a síntese de um tipo ideal de positivismo. A hipótese fundamental para o autor é de que “a sociedade humana é regulada por leis naturais, ou por leis que têm todas as características das leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana, tal como a lei da gravidade” (LÖWY, 1985, p. 35-36). A partir disto, Löwy (1985, p. 36) infere que a

pressuposição fundamental do positivismo é de que essas leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política, são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural.

Disso resulta a compreensão de que “a metodologia das ciências sociais tem que ser idêntica à metodologia das ciências naturais, posto que o funcionamento da sociedade é regido por leis do mesmo tipo das da natureza” (LÖWY, 1985, p. 36), ou seja, equipara os

---

<sup>3</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução, prefácio e notas Edmilson Costa. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015, p. 86

métodos e procedimentos para conhecer a sociedade aos mesmos métodos que são utilizados para conhecer a natureza.

A segunda ideia principal do positivismo decorre dessa primeira hipótese, que Löwy (1985, p. 36) chamará de “naturalismo positivista”: “se a sociedade é regida por leis de tipo natural, a ciência que estuda essas leis naturais da sociedade é do mesmo tipo que a ciência que estuda as leis da astronomia, da biologia, etc.”.

A terceira conclusão o autor julga como a mais importante, qual seja, a de que as ciências sociais deveriam seguir um modelo de objetividade científica tal qual as ciências da natureza, ou seja, “neutras, livres de juízos de valor, de ideologias políticas, sociais ou outras” (LÖWY, 1985, p. 36). Em outras palavras:

A concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. O positivismo geralmente designa esse conjunto de valores ou de opções ideológicas como prejuízos, preconceitos ou prenoções. A ideia fundamental do método positivista é de que a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência desses preconceitos ou prenoções (LÖWY, 1985, p. 36).

Há também um sentido conservador no positivismo. Um dos maiores expoentes de tal pensamento, Augusto Comte, defende que “seu método positivo deve se consagrar teórica e praticamente à defesa da ordem real” (LÖWY, 1985, p. 39).

Com Durkheim, discípulo de Comte, o positivismo se transformou na “perspectiva básica da sociologia, ou da ciência social universitária, acadêmica ou burguesa” (LÖWY, 1985, p. 40). Ele escreve:

a ciência social não podia progredir enquanto não havia estabelecido que as leis da sociedade não são diferentes das que regem o resto da natureza e que, portanto, o método que serve para descobrir essas leis não é diferente do método que se aplica nas ciências naturais. Esta foi a contribuição de Augusto Comte à ciência da sociedade (LÖWY, 1985, p. 41).

Para Durkheim “o objetivo da sociologia era estudar fatos que obedecem às leis sociais, leis invariáveis do mesmo tipo que as naturais, o método científico era o mesmo, bem como a busca da objetividade e da neutralidade” (LÖWY, 1985, p. 42). Tal método científico não ficou limitado à sociologia, influenciando as demais ciências humanas e sociais.

Igualmente importante na concepção positivista, como demonstra Mészáros (2014, p. 252)

era a função atribuída ao ‘progresso científico’, que foi descaradamente utilizado para ajudar a destruir a dimensão histórica e crítica da teoria social, trocando-a por

referências vazias a uma temporalidade abstrata derivada da pretensamente auto-referencial ‘lógica do progresso científico’, em oposição à dinâmica historicamente manifesta dos processos e contradições sociais objetivos.

Tal marca legitimará o discurso da neutralidade científica, interpretação positivista da ciência e do “progresso científico” que passou a ser útil para a burguesia. Função que Mészáros (2014, p. 253) explicita da seguinte maneira:

Com a introdução da ciência (interpretada de modo positivista) na concepção geral, uma nova relação de identidade poderia ser estipulada. Tratava-se da identidade entre o ‘progresso’ – representado como ‘progresso científico’, ‘espírito científico’, etc. – e o próprio modo de produção capitalista, porque imaginava-se este último não somente como o equivalente produtivo ideal das determinações naturais originadas diretamente das necessidades básicas, mas também como a única incorporação adequada do ‘espírito científico’ como tal e dos benefícios ‘evidentes’ que ele proporciona às pessoas da ‘sociedade industrial moderna’ – isto é, da sociedade que realmente correspondia às exigências internas desse ‘espírito científico’ um tanto mítico – sob a forma de um ‘progresso científico’ infinito.

As crises capitalistas na segunda metade do século XIX alteraram a marca da ideologia do cientificismo, imprimindo um molde completamente pessimista. Mantendo sua abordagem anti-histórica dos problemas encontrados, o método positivista tornou-se “extremamente adequado à ‘eternização’ e legitimação ideológica do sistema estabelecido, especialmente porque também apresentava a *ilusão* de temporalidade: uma ilusão diretamente emanada da própria ciência” (MÉSZÁROS, 2014, p. 254). Nesta concepção, como pontua Mészáros (2014, p. 254), “a eliminação dos males sociais, na medida em que sua existência era reconhecida, foi confinada estritamente ao ‘trabalho gradual do progresso científico’ como única solução possível (para não dizer admissível)”.

Servindo aos interesses socioeconômicos e políticos dominantes é que o cientificismo neopositivista pôde adquirir proeminência, mesmo com “sua notável deficiência lógica e irracionalidade” (MÉSZÁROS, 2014, p. 255). Para o pensador húngaro:

como o paradigma da explicação racional da sociedade e das inter-relações sociais complexas, ele oferecia a objetividade fetichista de grosseiras determinações materiais e instrumentais. Em oposição à análise crítica da divisão social hierárquica do trabalho, continuou a apresentar este último como puramente tecnológico-científico e, portanto, necessariamente permanente” (MÉSZÁROS, 2014, p. 255).

A função ideológica do positivismo, de manutenção da ordem vigente, sua vinculação com a geografia, bem como da valorização por La Blache do progresso técnico em chave positiva será retomado no último capítulo do trabalho.

D. Suertegaray (2005, p. 12) aprofunda o entendimento do método positivista, indicando que o estado Positivo impossibilita reconhecer o absoluto, dessa forma, “renuncia a



busca da origem dos fenômenos para procurar descobrir, graças ao uso combinado do raciocínio e da observação suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e similitude”. O método Positivo descrito por Suertegaray (2005, p. 12-13, **negritos nossos**) constitui um método genético indutivo, ou seja,

parte da observação, induz leis de coexistência e de sucessão e deduz fatos novos que escapam à observação direta. **Trata-se de um método que privilegia o processo de indução, que parte da observação dos fenômenos através dos sentidos para deduzir teorias.** São palavras fundamentais e expressivas para a compreensão do método Positivo: experiência, observação, comparação, analogia, indução, dedução, filiação histórica.

Assim, o Positivismo perspectiva romper a metafísica renunciando, enquanto método de investigação, as causas últimas da origem do universo. De tal modo, “o objeto da ciência é só o Positivo, isto é, o que está sujeito à observação e a à experimentação”, sendo as leis e teorias “produto da experiência observada, medida, comparada e sintetizada” (SUERTEGARAY, 2005, p. 13). A geografia clássica assiste a uma incorporação absoluta deste modelo, seja na geografia física, seja na geografia humana com as monografias regionais.

A Segunda Revolução Industrial traz no bojo de suas transformações a divisão técnica do trabalho, que no campo do pensamento humano se reflete na “fragmentação do conhecimento numa diversidade infinita de formas de ciências” (MOREIRA, 2015, p. 16). Ainda para Ruy Moreira (2015, p. 16) “o sistema positivista é a expressão maior dessa sociedade técnica”, e referendando “a visão física e matemática de natureza do projeto científico renascentista, separa o inorgânico, o orgânico e o humano em esferas dissociadas e proclama o paradigma do inorgânico da Física como base, orientando as demais ciências nessa padronagem”. Dessa maneira, também a Geografia clássica “reproduz em suas fronteiras inteiramente a plêiade de problemas que o pensamento moderno acumula” (MOREIRA, 2015, p. 17).

#### **2.4.2 A geografia clássica e o fazer positivista**

Moreira (2015, p. 19) sustenta que três formalizações vão “se estabelecer como formato de discurso na Geografia clássica enquanto modalidade de ciência moderna”. O primeiro diz respeito à “consolidação e ampliação das formas setoriais” (MOREIRA, 2015, p. 19); o segundo “a reunião formal das geografias setoriais nas chancelas da Geografia Física,

reunindo os setores de estudo da natureza, e da Geografia Humana, reunindo os setores de estudo do homem, no sentido neokantiano do homem social-cultural” (MOREIRA, 2015, p. 19-20); e, por fim “o surgimento das alternativas unitárias, com o aparecimento da Geografia Regional e a Geografia da Civilização” (MOREIRA, 2015, p. 20).

Suertegaray (2005, p. 10) complementa este raciocínio afirmando “que no seu início (anos de 1870), a Geografia como ciência autônoma foi influenciada pelo positivismo, mas também pelo historicismo e, mais adiante, pelo funcionalismo/estruturalismo”, influência que, para a autora, “vai dar suporte ao que hoje denominamos de Geografia Clássica, que tem sua hegemonia questionada a partir dos anos 50”. Resulta disso a definição por longo tempo da geografia como uma descrição da paisagem, consistindo “sua tarefa em apreender a morfologia do espaço” (MOREIRA, 1986, p. 60).

A geografia francesa mantém, de acordo com Moreira (1986, p. 36) “o empirismo da geografia alemã”, porém, diferentemente da escola alemã, que “se apoiara no idealismo kantiano com Humboldt”, a escola francesa “apoiar-se-á no funcionalismo, por via do qual absorve o positivismo”. De Durkheim, La Blache incorpora o entendimento de “que os processos sociais são relações entre coisas, compreendendo cada qual parte de um todo orgânico e harmônico” (MOREIRA, 1986, p. 36). Assim, Vidal leva a compreender a sociedade como uma orquestra ou uma máquina em que cada instrumento ou engrenagem tem um papel definido – uma totalidade em partes, ou nas palavras de Moreira (1986, p. 36), “a sociedade como um todo unido, formado de partes, cumprindo cada parte função de conferir à sociedade como um conjunto uma unidade solidária, estável e harmônica”.

A persistência do método empirista e a compreensão da sociedade como uma orquestra harmônica, confere, para Moreira (1986, p. 37), um “casamento da geografia com o pensamento funcionalista-positivista duradouro e feliz”, que dura “até a década de 50 do século XX, quando a ‘escola francesa’ será destronada de seu longo reinado mundial pela ‘escola anglo-saxônica’”.

Ritter, que influenciou o pensamento vidaliano, “não renegava a face empírica do método: a verdade geográfica, a seu ver, estava em partir da observação para a conclusão e não da opinião ou da hipótese para a observação” (SODRÉ, 1989, p. 35). Essa posição, como escreve Sodré (1989, p. 35), “contrariava, portanto, a relação dialética entre a teoria e a prática, o que mostra como Ritter viu apenas uma faixa da verdade”, permanecendo seu raciocínio metodológico na formulação da comparação.

Tal procedimento de construção do conhecimento, isto é, “a forma Positiva de conceber a explicação da realidade”, foi sendo construída e se estabeleceu de modo hegemônico “desde 1870 até aproximadamente 1950”, marcando o “legado Positivista” na Geografia. (SUERTEGARAY, 2005, p. 15). De fato, o fazer geográfico preponderante nesse período histórico se apresenta da seguinte maneira:

**o método da Geografia Clássica se expressa através das seguintes etapas: localizar, observar, descrever e explicar. Trata-se de um método que se assemelha ao empírico-indutivo praticado, na origem, pelo Positivismo.** Não obstante, quais são os elementos do Positivismo e seu método que indicam uma certa controvérsia com a construção geográfica?” (SUERTEGARAY, 2005, p. 15, negritos nossos).

A perspectiva nomotética do método Positivo, que para Suertegaray (2005, p. 15, negritos nossos) está “centrado na busca das explicações gerais”, baseia-se na procura “das semelhanças (similitudes) entre os objetos investigados”, e se refletirá da seguinte maneira na Geografia Clássica:

**seu método tinha como procedimento analítico o estudo do fenômeno como único, sua explicação era resultado de sua construção na história.** A ênfase era dada às diferenças. Essa perspectiva não permite avaliar as semelhanças (ao contrário), não permite a construção de explicações gerais, ou seja, a construção de teorias. Portanto, a Geografia, com a escolha deste processo de investigação, identificado com a perspectiva ideográfica, porque valoriza o único não se permitiu à construção de teorias. Esta opção implicou, também, uma crítica ao conhecimento geográfico, por parte da ciência Positiva, como um conhecimento não científico.

Para Suertegaray (2005, p. 16) “a Geografia de perspectiva Positiva foi pensada como ciência neutra e útil e sob estes princípios estão de acordo Geografia e Positivismo”. Neste aspecto, a

Geografia Clássica concebeu região como síntese das relações entre homem e natureza, cabendo à Geografia estudar as diferenças regionais (sendo ela própria o objeto da Geografia), ou regionalizar (delimitar) espaços através da diferenciação dos fenômenos (SUERTEGARAY, 2005, p. 39).

### 2.4.3 O positivismo no pensamento geográfico de La Blache

Para Moraes (1988, p. 125) “a Geografia de orientação lablachiana origina-se da crítica francesa às teses de Ratzel”, tendo como pano de fundo “a derrota da França na guerra com a Prússia, cujo expansionismo tinha o pensamento ratzeliano como discurso legitimador”. Para se diferenciar do geógrafo alemão, La Blache direcionará sua crítica “sobre a excessiva politização deste pensamento, incompatível com o ideal positivista da necessária neutralidade valorativa da ciência”, ponto que Moreira (2015, p. 24) também reconhece ao

escrever que o geógrafo francês “exprime o tom de aparência neutra que no geral veremos instituir-se como o modelo intelectual típico da academia”.

Contrapondo a ideia de determinação do meio de Ratzel, Vidal indica “as condições naturais se apresentando como ‘possibilidades’ para o homem” (MORAES, 1988, p. 125). Moraes (1988, p. 126) chama atenção para o conteúdo das ideias lablachianas, apontando que estas “municiam a luta ideológica da elite modernizante” e que “pouco se fala das opiniões desse autor acerca da ‘missão civilizadora’ do europeu na África”. É um assunto que trataremos com maior profundidade no último capítulo, mas que já aqui cabe uma referência por indicar a posição positivista de servir à manutenção da ordem vigente.

Apesar de Vidal de La Blache analisar a cidade “em sua relação com a arrumação das paisagens rurais e industriais, a redistribuição da população e a ação dos meios de circulação”, sobretudo das cidades nascidas das “ferrovias e das áreas portuárias” (MOREIRA, 2015, p. 147), apresentando o papel dinâmico dos meios de transporte e de comunicação, e assim imprimindo uma observação de correlação de fenômenos, ele incorre num enfoque exacerbado em relação à paisagem e sua classificação taxonômica. Para Moreira (2015, p. 147) “seus métodos são ainda os da representação clássica, em que fazer ciência é reunir os fenômenos em grupos e ordens de classificação, para, então, descrevê-los”. Ou seja, estamos diante do método positivista de fazer geografia.

Método reforçado no texto *A geografia humana: suas relações com a geografia da vida* de 1903, onde La Blache (1903, p. 105) escreve que “para uma ciência da observação, a primeira condição de existência é adquirir uma visão de conjunto dos fatos que lhe dizem respeito; é fazer, segundo a expressão cartesiana, enumerações completas”, sendo a próxima etapa “agrupar, classificar e comparar”.

A metodologia das ciências naturais irá aparecer claramente nas obras de La Blache (1902, p. 98) que se dedicam a apreender a fixação das civilizações no meio, elas que são passíveis de agrupamento, classificação e subdivisão, um trabalho como “aquele praticado pelas Ciências Naturais: como não inspirar também a geografia humana?”. De acordo com Vidal, o estudo comparado da distribuição das espécies animais, tal como nas Geografias botânica e zoológica, ou seja, o método das Ciências Naturais, “encontra sua aplicação no estudo geográfico da espécie humana”, e “as condições que presidiram a distribuição da espécie humana, a composição dos principais grupos e sua adaptação aos diferentes ambientes são análogas àquelas reveladas pela flora e pela fauna” (LA BLACHE, 1903, p. 101).

Ainda repousando sobre a influência do meio em relação aos homens, numa análise superficial, Vidal dirá que “a enfermidade das populações ditas selváticas tem como causa principal a estreita coesão que reúne em torno dela os outros seres vivos” (LA BLACHE, 1911c, p. 137). Em 1888, ao criticar a divisão do território francês baseado em fatos sociais, defende que “o princípio dessas divisões mais gerais deve ser buscado na própria ordem dos fatos naturais”, apontando que essas divisões em *pays*<sup>4</sup> se baseiam em “um conjunto de fenômenos que dependem quase sempre da constituição geológica do terreno [*sol*]” (LA BLACHE, 1888, p. 210).

Para La Blache (1904, p. 237, **negritos nossos**) é nos menores agrupamentos que “vemos se encarnar, por assim dizer, essas **influências diretas do solo** que são duráveis, pois elas representam a imagem concreta que cada *pays* imprime no espírito e no coração de seus habitantes”. Levando-o a analisar que nos planaltos dos Causses do Midi francês, devido ao seu caráter pedregoso, “a casa, por sua aparência débil e triste e pela ausência de aberturas, atesta a pobreza e a natureza ingrata do solo”, se o solo é pobre, “pobre também é a casa” (LA BLACHE, 1904, p. 242). Há para La Blache (1904, p. 243) no solo “algo de permanente e fixo”, e “sem desconhecer as inevitáveis mudanças trazidas pela marcha geral do mundo, convém nos apoiarmos no sentimento reconfortante da potência e da virtude do solo”. E concordando com Ratzel no emprego da noção de organismo vivo para falar dos Estados, La Blache conclui: “essa expressão somente designa, por uma fórmula contundente, a lei de desenvolvimento que domina as relações do homem e do solo” (LA BLACHE, 1898, p. 417).

Apesar de menos evidente, como Santos (2012) demonstrou em citação já expressa, Vidal flerta com o darwinismo: é “em função de circunstâncias mutáveis, modificadoras do equilíbrio dos seres, que o homem encontra meios para instalar novos gêneros de vida. Sua ação deve sua eficácia ao fato de ser exercida no sentido de uma evolução natural” (LA BLACHE, 1911c, p. 139). Em outra passagem, La Blache (1911b, p. 159) enfatiza fortemente a posição geográfica como determinante para a explicação da sociedade: “o desenvolvimento de um gênero de vida é uma questão essencialmente geográfica, e só podemos compreender bem as diferenças assaz importantes que ele introduz entre as regiões [*contrées*] e os homens remontando a essas origens”.

---

<sup>4</sup> Baseamo-nos na obra de Haesbaert *et al* (2012, p. 216) e preferimos não traduzir *pays*, “pois ‘país’ ou ‘região’, as palavras mais próximas em português, não tem a conotação específica de ‘pequena região’ empregada por La Blache e já legitimada na linguagem geográfica”.

Concluindo que as diferenças sociais são resultados naturais, La Blache dirá a respeito dos gêneros de vida que eles são “Poderosos fatores geográficos”, e assim, portanto, “também agentes de formação humana. Eles criam e mantêm entre os homens – frequentemente na mesma região [*contrée*] – diferenças sociais tais que, no estado de mistura em que cada vez mais as nações civilizadas mergulham, elas oscilam e terminarão por dominar as diferenças étnicas” (LA BLACHE, 1911b, p. 180).

Na maneira positivista de ver geografia, portanto, o aspecto material é definido como estático e não social, havendo ausência de qualquer parâmetro econômico. Para Sodré (1989, p. 101) “apreciar as relações entre o homem e a natureza – e não apenas em Geografia humana, na divisão clássica – é bem a finalidade da Geografia”. E mesmo que a Geografia clássica compreenda, como aponta Sodré (1989, p. 101), “que essas relações são complexas, que a ‘fisionomia’ da Terra adota ‘expressões mutáveis’” e “que a Geografia faz conhecer o meio”, ela insiste em manter o mesmo método, permanecendo limitados os seus avanços teóricos.

De fato, é assim que os deterministas ambientais enxergavam os países como se estes fossem uma ilha isolada das influências externas. Sodré (1989, p. 101-102), para ilustrar tal interpretação, usa como exemplo a noção de que

as fazendas de laticínios foram determinadas pelo clima frio e úmido, as de algodão, por um clima úmido e quente (...) Em todos os exemplos citados, vemos o desprezo pela localização relativa. Os laticínios, por exemplo, dependem, em primeiro lugar, da facilidade de acesso aos mercados, ou seja, à sua situação, e não ao fato de uma vantagem local (...) La Blache achava que a produção de leite e o crescimento das cidades estavam ligados diretamente (...) A geografia que não amplia esses dados, mostrando como se produz o leite – como, aqui, significado, essencialmente, relações de produção – e como se comercializa – que o consome e quem não o pode consumir – não é ciência.

### **3 A CONCEPÇÃO DE GÊNERO DE VIDA: UM CONCEITO OBSTÁCULO?**

Indicamos no capítulo anterior que o método da Geografia de Vidal La Blache se insere numa ótica positivista, em que o fenômeno é estudado de forma única, como expressão de sua construção na história. Dando-se ênfase às diferenças, o que impossibilita avaliar as semelhanças, inibindo a construção de teorias – pela mera aplicação de método, sem inferir explicações profundas de determinado fenômeno e sua inter-relação com demais fatores. É, senão, a aplicação do conceito de gênero de vida apresentado pelo geógrafo francês. E, também, um de nossos objetivos: apresentar os limites de tal conceito, que segundo Milton Santos (2012, p. 36) é “um desses numerosos paradigmas que orientaram a geografia humana

moderna”. Para tanto, resgataremos inicialmente, a origem da concepção de Gênero de Vida apresentada por La Blache.

### 3.1 O ALVORECER DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO DE VIDA

#### 3.1.1 Gênero de Vida: uma *démarche* original

No século XIX tem fôlego a influência naturalista para explicação dos fenômenos sociais, posição da qual Vidal de La Blache não está isento. Para explicar as características das regiões mediterrâneas, como aponta Paul Claval (2014, p. 119), “é a influência possível do clima, a pureza da luz, o ardor do sol, que evoca”, como fica claro com a seguinte passagem do autor em tela: “A impetuosidade provençal e petulância napolitana são fatos fisiológicos em conexão com o clima” (VIDAL DE LA BLACHE, 1886, p. 410 *apud* CLAVAL, 2014, p. 119). Assim, pode-se considerar a geografia regional de La Blache como dualista, reducionista, uma vez que este “procurou definir as relações tão particulares que se entrecruzam entre o homem e o espaço que o envolve, por exemplo, com a noção de gênero de vida, de tal modo que a personalidade do homem termina por ser marcada pela personalidade regional” (SANTOS, 2012, p. 55).

Todavia, para P. Claval (2014), Vidal de La Blache reconhece a fragilidade do raciocínio naturalista sobre os fenômenos sociais. Apontando que o clima exerce desafios sobre os países mediterrâneos, mas que para compreender tais países é preciso também “analisar os tipos de culturas, as formas de criação e os métodos de produção que as populações imaginaram para obter colheitas, apesar da ausência de água no momento em que seria mais útil à vegetação”; dessa forma, “os geógrafos devem passar pelo estudo dos gêneros de vida para compreender as relações dos homens com o meio e o papel do ambiente” (CLAVAL, 2014, p. 119).

Dando-se conta da insuficiência da ecologia do seu tempo, Vidal de La Blache desenvolve uma *démarche* original para construir a ecologia<sup>5</sup> do homem para a ciência geográfica. Dando “foco à forma como os homens tiram proveito dos meios onde estão instalados a fim de produzir o que é necessário à sua alimentação”, interessando-se também “pelos instrumentos empregados para cultivar a terra ou construir edificações” (CLAVAL,

---

<sup>5</sup> Para Paul Vidal de La Blache a Ecologia configura “o estudo das influências que o meio ambiente exerce sobre o homem em termos físicos e morais” (LA BLACHE, 1903, p. 117).

2014, p. 139). Assim, como sustenta Claval (2014, p. 139), a “geografia dos gêneros de vida é primeiramente uma ecologia” que “destaca as condicionantes que pesam sobre os grupos – a mediocridade dos solos e a seca estival, por exemplo”. É por meio desse tipo de condicionante que Vidal de La Blache caracteriza os meios mediterrâneos no artigo que dedica a essa parte da Europa em 1886:

O camponês das margens do Mar Mediterrâneo não se assemelha ao agricultor das planícies da Europa Central. O clima e o solo, pelo tipo de produtos que favorecem bem como pela natureza dos obstáculos que apresentam, desenvolveram nele aptidões especiais [...]. O trabalhador das margens do Mar Mediterrâneo distingue-se por manipular a enxada mais do que o arado: triunfa na pequena propriedade [...]. Na luta contra a matéria rochosa, no manuseio das águas, soube demonstrar um notável expediente e uma notável engenhosidade. O tipo de cultura no qual se destaca demonstra sua personalidade e sua iniciativa, e não o mantém submisso à monotonia da lavoura. Assim, escapa do espírito de rotina que facilmente se enraíza no lavrador da planície. (VIDAL DE LA BLACHE, 1886, p. 418 *apud* CLAVAL, 2014, p. 139-140).

Assim, continua Claval (2014, p. 140), “a ecologia que o estudo dos gêneros de vida empreende, refere-se aos condicionantes, mas destaca também que a natureza não dita aos grupos as soluções que estes realizam”, apontando que a mediação entre os homens e o meio efetua-se através das técnicas que estes dominam, sendo “possível superar algumas limitações do ambiente introduzindo novas plantas cultivadas, selecionando aquelas que já são empregadas, introduzindo novos instrumentos e novas técnicas”. Dessa forma:

A ecologia não determina de maneira rígida e unilateral a distribuição dos grupos humanos porque as relações entre os homens e o meio variam com as técnicas à disposição dos grupos: cada meio é um reservatório de possibilidades que os homens aprendem pouco a pouco a utilizar (VIDAL DE LA BLACHE, 1902 *apud* CLAVAL, 2014, p. 140).

### 3.1.2 Gênero de vida: interlocução entre os homens e o meio geográfico

Em artigo de 1902, intitulado *As condições geográficas dos fatos sociais*, Paul Vidal de La Blache pincela os primeiros elementos para o estudo das condições geográficas dos fatos sociais, tanto sobre o objeto preciso da pesquisa quanto sobre o método a seguir. Indicando que pelo estudo dos gêneros de vida, “de forma metódica, direcionamos a atenção aos meios de alimentação, vestuário, habitação, instrumentos, armas; numa palavra, sobre o conjunto de objetos no que se exprimem os hábitos, as disposições e as preferências de cada grupo” (LA BLACHE, 1902, p. 86). Constatando que a diversidade “reside sobretudo nas diferenças materiais fornecidas pela natureza ambiente”, mas que também outros elementos



agem sobre as formas de civilização, que se “manifestam de forma concreta pelos objetos criados para seu uso”. Reconhece ainda que, apesar das instituições e costumes não terem forma material, estas estão “diretamente ligadas aos objetos que o homem moldou, sob influência do regime social ao qual é adaptada sua vida” (LA BLACHE, 1902, p. 87).

No mesmo trabalho de 1902, o geógrafo francês deixa claro a importância que concede ao princípio da localização e da correlação íntima entre um fato geográfico e um fato social, ao afirmar categoricamente que “a causa que introduz as maiores diferenças entre as sociedades é a posição” (LA BLACHE, 1902, p. 88) e que “assim como a posição, os traços físicos de uma região [*contrée*] estão impressos profundamente em seu estado social” (LA BLACHE, 1902, p. 90). Porém, se afasta de uma visão mais estreita ao identificar que “trocias recíprocas se operam em todos os níveis de civilização entre as condições geográficas e os fatos sociais”, num jogo onde “tudo é ação e reação, tanto no mundo moral quanto no físico, há casos onde, por sua vez, a repercussão de causas sociais atua amplamente sobre a geografia” (LA BLACHE, 1902, p. 96).

Em artigo posterior, de 1903, intitulado *A geografia humana: suas relações com a geografia da vida*, Vidal trata do método de comparação e análise da distribuição da espécie humana, valendo-se de uma influência do método das ciências naturais – como nas geografias botânicas e zoológicas, em que compara a posição e adaptação da espécie humana aos diferentes ambientes como análogas àquelas reveladas pela flora e pela fauna:

No esforço retrospectivo que se impõe, desse modo, tal como imposto ao estudo geográfico dos animais e das plantas, a atenção sempre é conduzida aos fatos biológicos. Se a atividade humana pôde, em parte, renovar a fisionomia da Terra, foi graças à composição já assaz variada do mundo vivente, engendrada por uma enorme evolução anterior (LA BLACHE, 1903, p. 102).

Ainda assim, La Blache (1903, p. 102-103) não considera a natureza e o homem como dois termos opostos, para ele “o homem não é ‘como um império dentro de um império’; ele faz parte da criação vivente, é seu colaborador mais ativo”, em que “sua intervenção consiste em abrir as portas para novas combinações da natureza vivente” (LA BLACHE, 1903, p. 103). Apesar de ainda ser incipiente a formulação do conceito de gênero de vida e do papel da técnica na dinâmica da organização do espaço, Vidal parece compreender aquilo que expôs Moraes (1988, p. 22) sobre a realização do trabalho humano, que este “tem de avaliar os meios e os materiais sob os quais incidirá sua ação. As condições naturais são, assim, pressupostos de toda produção, o conhecimento de sua dinâmica e qualidades um fundamento do trabalho”. O geógrafo francês parece compreender também a

produção do espaço como envolvendo uma finalidade, e que esta finalidade que orienta o trabalho humano nos diferencia da atividade animal, ao afirmar que “o homem não está para a natureza ambiente em uma relação de dependência equiparável à dos animais e plantas” (LA BLACHE, 1902, p. 97). Santos (2012, p. 55) também reconhece que Vidal absorve “a tese marxista das relações unitárias entre o homem e a natureza”, mesmo sendo um geógrafo não-marxista, em que “a natureza, de que fala Vidal de La Blache, é já uma natureza humanizada e a substância dela retirada para fabricar objetos já é trabalho humano”. Todavia, La Blache “expulsa para fora dos limites da reflexão geográfica o homem nas suas relações sociais, e com mais forte razão ainda, nas relações de produção” (LACOSTE, 2012, p. 59).

É no artigo *Da interpretação geográfica das paisagens* de 1908 que Paul Vidal de La Blache incluirá o homem como parte da paisagem “por suas obras e pela influência que exerce sobre si mesmo e o mundo vivente, o homem é parte integrante da paisagem” (LA BLACHE, 1908b, p. 129). É, pois, um dos méritos de La Blache que fez crescer a corrente que inclui o homem na paisagem e lhe concede papel ativo em relação ao meio geográfico. Para Sodré (1989, pp. 82-83) Vidal de La Blache colocou o problema assim:

Devemos partir da noção de que a Terra é um reservatório que contém energias adormecidas, cujas sementes foram plantadas pela natureza, mas cujo uso depende do homem. É ele quem, modelando-as à sua feição demonstra sua individualidade. O homem estabelece a ligação entre elementos díspares, colocando uma organização significativa das forças em lugar dos efeitos incoerentes da circunstância local. Desse modo, a região adquire identidade e se distingue de outras, tornando-se, no curso do tempo, como uma medalha fundida à imagem de um povo.

Mais tarde, outros geógrafos também partiram da paisagem para chegar a uma subdivisão regional, como é o caso da noção de área cultural sustentada por P. W. Brian (1933), para quem “a terra seria um conjunto de formas específicas de utilização do território – de áreas culturais – resultado do trabalho de sociedades diferentes com base em sua diversidade cultural” (SANTOS, 2012, p. 34). Milton Santos (2012, p. 34-35) critica tal visão:

esta óptica corre o risco de falhar, pois leva a trabalhar sobre quadros mais ou menos congelados, as paisagens, enquanto a sociedade está sempre pronta a lhes oferecer novas funções, novos significados e novos valores, ao mesmo tempo em que o quadro de ação pode continuar imutável ou mudar apenas um pouco.

### 3.1.3 O peso dado aos condicionantes naturais

Para Vidal de La Blache a densidade da população está ligada aos problemas dos modos de vida, em que estes se relacionam com o meio geográfico. Dessa forma, a

distribuição dos homens estaria ligada ao seu estado cultural e sua relação com o meio – ou seja, seu gênero de vida. Ruy Moreira, resgatando a explicação de La Blache sobre coabitação dos diversos seres num mesmo espaço, aponta que esta ideia é o fundamento de tudo:

A coabitação, um estado coletivo em que ‘cada coletividade obedece às suas próprias necessidades’, se baseia na adaptação e na ‘cumplicidade dos hábitos’. E a criação dos hábitos por sua vez se apoia na sensibilidade. A sensibilidade, uma relação com o meio que varia para cada espécie, é limitada nos vegetais por sua fixidez no solo, mais ampla nos animais em face de sua locomoção e mais ampla ainda no homem por força do seu cérebro. Através da sensibilidade de adaptação, cada ser vivo busca aperfeiçoar sua relação com o meio agindo de acordo com a condição de relacionamento sensível de que dispõe, o homem desenvolvendo-a e aperfeiçoando-a por meio da intervenção técnica (MOREIRA, 2015, p. 67).

Os gêneros e modos de vida são, para Moreira (2015, p. 68), “um algo que expressa a condição de um ser contingente do homem”, algo incerto que pode ou não ser – dependendo do meio geográfico em que os homens (e mulheres) estão inseridos e que varia “de acordo com a criatividade do homem em relação ao meio”. Sobre essas forças, La Blache (1911c, p. 133-134) afirma que “para se ter uma ideia justa, é preciso, antes de mais nada, considerar que a ação do homem sobre a natureza, ou da natureza sobre o homem, se exerce principalmente por intermédio do mundo vegetal e animal”, e continua “se essa natureza viva é empobrecida, tornada anêmica pelas condições restritivas do clima”, ficando o próprio homem “paralisado ou constrangido na escolha de seus meios de existência”. Será que o geógrafo clássico francês incorre em determinar o desenvolvimento das técnicas pelas condições naturais?

Em outra passagem da mesma obra de 1911, *Os gêneros de vida na Geografia Humana – primeiro artigo*, Vidal (1911c, p. 137) aponta a “relação que se estabelece entre a sucessão regular de ocupações que constitui um gênero de vida e a ordem das estações”. Para ele, também a presença de um rio exerce forte pressão sobre os homens, que com “os gêneros de vida sofrem, assim, todas as peripécias da própria vida do rio” (LA BLACHE, 1911c, p. 145). Mais adiante, La Blache (1911c, p. 156-157) retoma a influência das estações do ano:

as modificações periódicas que as diferenças de estação produzem na natureza viva forneceram ao homem, particularmente, possibilidades múltiplas de intervenção e ocasiões de iniciativa. Elas serviram de norma à organização dos gêneros de vida.

Sobre os costumes, Vidal dirá que as características iniciais que organizaram a economia e o modo de vida nos Alpes e nas regiões de nomadismo pastoril na Ásia, se resumem, em ambos os casos “à combinação de certas condições físicas, graças às quais o homem encontrou a possibilidade de permanecer mais tempo nos lugares altos, e de aí fazer instalações para morar e estabelecer um costume” (LA BLACHE, 1911c, p. 156). Em *Os*

*gêneros de vida na Geografia Humana – segundo artigo*, também de 1911, La Blache (1911b, p. 159, *itálicos nossos*) afirma que “o desenvolvimento de um gênero de vida é uma *questão essencialmente geográfica*”, concluindo o texto com o seguinte pensamento:

Poderosos *fatores geográficos*, os gêneros de vida são, portanto, também *agentes de formação humana*. Eles *criam e mantêm* entre os homens – frequentemente na mesma região [contrée] – *diferenças sociais* tais que, no estado de mistura em que cada vez mais as nações civilizadas mergulham, elas oscilam e terminarão por dominar as diferenças étnicas (LA BLACHE, 1911b, p. 180, *itálicos nossos*).

Ao seguir tal raciocínio corre-se o risco de tomar processos sociais por qualidades do espaço. Cuidado que Moraes (1988, p. 107) chama atenção e que relaciona com as teses deterministas, e que claramente encontra-se presente nos *gêneros* de Vidal. Preocupação que também Santos (2012, p. 36) irá expressar: “as aproximações ecológicas, tanto quanto a escala regional, culminam no perigo de uma interpretação determinista”. Citando ainda David Grigg, Santos afirma que “a abordagem ecológica para as comunidades humanas é valiosa; um número, porém, demasiado grande de geógrafos diz que a vida humana é uma função do meio e dá pouca importância aos outros fatores” (SANTOS, 2012, p. 36).

### 3.2 A GEOGRAFIA REGIONAL REFÊM DOS GÊNEROS DE VIDA

A geografia regional de La Blache é fortemente influenciada pelos gêneros de vida, configurando elemento a ser levado em conta na divisão regional. Ele “mostra como as paisagens de uma ‘região’ são o resultado da superposição ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais”, mas dá destaque nas suas descrições sobretudo “para as permanências, a tudo aquilo que é herança duradoura dos fenômenos naturais ou de evoluções históricas antigas” (LACOSTE, 2012, p. 58). Dessa forma, segundo Lacoste (2012, p. 58) Vidal “baniu, em suas descrições, tudo que decore da evolução econômica e social recente, de fato, tudo o que tinha menos de um século e traduzia os efeitos da ‘revolução industrial’”. Como apontado por Lacoste, o “‘homem vidaliano’ não habita as cidades, ele mora sobretudo no campo, ele é sobretudo o habitante de paisagens que seus ancestrais longínquos modelaram e organizaram” (LACOSTE, 2012, p. 59), o que preocupa também Milton Santos (2012, p. 39), para quem “a ideia de região deve estar no centro de um debate renovado”, questionando se “se pode, ainda hoje, admitir que as construções humanas, tal qual se apresentam na face do planeta, resultam de uma interação entre ‘um’ grupo humano e

‘seu’ meio geográfico”. Sobre o enfoque regional, cabe destacar a contribuição deixada por Milton Santos em relação ao tema por meio de uma longa, mas elucidativa citação:

Os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, a expansão de uma economia internacional que se tornou ‘mundializada’ etc. explicam a crise da clássica noção de *região*. Se ainda quisermos conservar a denominação, somos obrigados a dar uma nova definição à palavra.

Nas condições atuais da economia mundial, a *região* não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna; ela é, principalmente, definida do exterior, como observou B. Kayser, e seus limites mudam em função de critérios diversos. Nessas condições, a região deixou de existir em si mesma.

Uma geografia geral baseada na geografia chamada regional acabaria por ceder um lugar exagerado a falsas relações, desprovidas de autonomia e de força explicativa, como aquelas que se tecem entre grupos humanos e os meios geográficos onde eles se inserem. Toda procura de uma causalidade entre esses dois dados levará inevitavelmente a erros graves, justamente àquilo que se pode chamar de abstração empírica, já que as coisas são valorizadas como ‘coisas em si’ e não pelas relações que representam e às vezes escondem. Os diversos tipos de mediação, entre as quais é preciso considerar as técnicas políticas, financeiras, comerciais ou econômicas no sentido amplo do termo, dão às relações homem-meio uma outra dimensão, que exclui a rigidez de uma geografia regional do tipo clássico e o mecanicismo de suas relações com a chamada geografia geral. Não se pode estabelecer uma teorização válida que seja fundada sobre o ‘princípio de causalidade’. O fato de que não há *autonomia regional* é paralelo à falência da geografia regional considerada em termos tradicionais (SANTOS, 2012, p. 40-41, itálicos do autor).

Dessa forma, para Santos (2012, p. 56) “a geografia regional, definida afanosamente como uma busca do ‘concreto’, repousa sobre a noção do espaço abstrato, um espaço não-relacional”. Finaliza o geógrafo baiano afirmando que “a geografia geral, construída à base de princípios, não se preocupou com a historização dos conceitos, condenada, destarte, a se tornar um esforço teórico desacompanhado do esforço epistemológico, esforço inútil, pois destinado a não ter consequências” (SANTOS, 2012, p. 56).

A geografia regional de Vidal, marcada pelo estudo dos gêneros de vida

ignorava a realidade da divisão econômica e social do trabalho em plena fase da grande indústria e do imperialismo, na qual não era mais possível reestabelecer, por meio de uma mistificação metodológica, uma situação ultrapassada há muitos séculos. A essa altura dos acontecimentos, nada que se passava nas regiões francesas ou de qualquer outro país europeu podia estar sem relação direta ou indireta com eventos econômicos nacionais e mundiais (SANTOS, 2012, p. 55-56).

Queixa, igualmente, apontada por Yves Lacoste (2012, p. 61):

De fato, a descrição que Vidal faz da França, deixando crer que ele apreende ‘tudo’ aquilo que é ‘importante’, é o resultado de uma estrita, mas discreta, seleção dos fatos; ela deixa na penumbra o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos decorrentes de um passado recente.

Ainda assim, Vidal de La Blache procurou demonstrar que o uso comum de certo espaço é o fundamento de tudo, mostrando a importância do esforço do homem, em sua relação com o meio:

Vê-se como, espontaneamente, independentes uns dos outros, em pontos muito diversos, organizaram-se gêneros de vida. Forçado a tirar partido dos recursos fornecidos pelo meio, não podendo fazer sua vida depender dos laços fracos e aleatórios do comércio, o homem concentrou o seu engenho em um número por vezes muito restrito de materiais e soube aplicá-los a uma extraordinária multiplicidade de serviços (SODRÉ, 1989, p. 82).

Certamente, La Blache faz avançar a ciência geográfica em relação ao pensamento ambientalista (apesar de La Blache não ficar imune à valorização das características naturais sobre o desenvolvimento das técnicas), introduzindo o conceito de cultura para definição do meio geográfico ou natural:

as regiões culturais proporcionam uma melhor estrutura do que as ‘regiões naturais’. Na realidade, a aguda distinção entre ‘Homem’ e ‘Natureza’, tão importante no pensamento ambientalista, perdeu grande parte de seu significado na Geografia moderna. Os dois constituem uma entidade interagente (SODRÉ, 1989, citando M. Broek, p. 82).

Privilegiando na análise das paisagens a superposição e entrecruzamento das diferentes regiões por meio de seus modos e gêneros de vida – a cultura, todavia, ainda está aqui presa a um método de “representação clássica, em que fazer ciência é reunir os fenômenos em grupos e ordens de classificação, para, então, descrevê-los” (MOREIRA, 2015, p. 147).

Como assinala Nelson Werneck Sodré, a contribuição fundamental de La Blache para a Geografia foi o de mostrar que o homem, desde épocas imemoriais, soube tirar proveito do meio, isto é, da natureza:

Criando instrumentos, o homem obedeceu a uma intenção; aplicando-os de forma a mais aperfeiçoar as suas armas, os seus utensílios de caça, de pesca ou de cultura, as paragens onde podia colocar em segurança a sua pessoa e os seus bens, seus utensílios domésticos ou seus ornamentos de luxo, foi guiado por um desejo de apropriação mais preciso a um fim determinado. Nas diferentes condições de meio em que se encontrou colocado, tendo, em primeiro lugar, que assegurar sua existência, concentrou tudo o que existia nele de habilidade e de engenhosidade sobre esse fim. Os resultados que atingiu, por inferiores que nos possam parecer, testemunham qualidades que não diferem das que acham seu emprego nas nossas civilizações modernas, senão pela menor soma de conhecimentos acumulados. Há, certamente, desigualdades, graus diversos na invenção; mas, por toda parte, o estudo do material etnográfico indica a engenhosidade, mesmo em um círculo restrito de ideias e de necessidades. Os instrumentos que o homem colocou no trabalho, a serviço de sua concepção de existência, derivam de intenções e de esforços coordenados, em vista de um gênero de vida. Por isso, eles formam um conjunto, eles se encadeiam e mostram entre si uma espécie de filiação. Uma aplicação solicita outra (...). Assim, através dos materiais que a natureza lhe fornecia, por vezes a despeito de sua resistência e de suas insuficiências, o homem obedeceu a intenções,

realizou arte. Obedecendo aos seus impulsos e ao seu próprio gosto, ele humanizou ao seu uso a natureza ambiente (SODRÉ, 1989, p. 90).

Entretanto, Sodré (1989, p. 84) aponta que o “importante, no campo das relações entre a natureza e o homem, está em considerar a este não como indivíduo, mas em sociedade; aquelas relações são claras apenas quando assim consideradas”, consideração que La Blache aplica de forma apenas parcialmente. Para o geógrafo francês a civilização nasce centrada na relação sociedade-natureza, mas ao tratar tal relação como contingência ele limita as relações regionais como relações fechadas, dando foco maior no desenvolvimento específico de cada povo de dada região, como se este fosse um grande indivíduo, e não um produto de relações societárias mais globais.

Podemos até considerar que Vidal enxerga a relação entre o homem e a natureza por uma espécie de óptica dialética, fruto do processo histórico, cujas condições variam com a passagem dos tempos e que “a natureza tem influência sempre, mas essa influência é dominante na proporção em que o homem está na infância do seu desenvolvimento social” (SODRÉ, 1989, p. 82-83). Todavia, essa dialética não é levada às últimas consequências. Broek, citado por Sodré (1989, p. 91), aponta que para Vidal “a terra não determina o comportamento do homem. Apenas oferece-lhe oportunidades: o homem é quem faz a escolha”. Ora, citamos a célebre frase do fundador do materialismo histórico para contrapor tal argumento, que prefere pôr em relevo as determinações históricas, certamente entrelaçadas às condições naturais, mas que são acima de tudo históricas:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram<sup>6</sup>

Estamos na verdade diante da dialética das correlações sociais de forças, sempre historicamente determinadas, um processo que ao tempo de La Blache já atravessa diversas escalas geográficas. É o que claramente se pode concluir da crítica estabelecida por Milton:

o estudo da região como entidade autônoma seria o objeto de uma dialética defeituosa entre um homem separado do capital e um entorno não socializado e isto em lugar de uma dialética entre os homens, estudada a partir da dialética própria à sociedade inteira (SANTOS, 2012, p. 115).

Do ponto de vista genético, o espaço é analisável por intermédio da reconstituição da história de sua produção. Mas o processo de reprodução do qual o espaço participa é assumido pela luta de classes criada pelo próprio processo produtivo (SANTOS, 2012, p. 263).

---

<sup>6</sup> Marx, Karl *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2011, col. Marx-Engels, p. 25.

É uma crítica da mesma natureza aquela que Sodré fará a La Blache, ao comentar sobre a observação do geógrafo francês sobre a relação causal que existiria entre o desenvolvimento das cidades e o do leite, afirmando que tal relação é bastante duvidosa. A esse respeito La Blache escreveu:

Porque o consumo desses produtos cresce sem cessar, não somente nas regiões em que constituem uma cultura natural, mas por toda parte onde vai se multiplicando e crescendo a vida urbana, a produção do leite e o desenvolvimento das cidades aparecem como dois fatos sincrônicos e conexos. Note-se: quem estabeleceu essa relação causal não foi um Haushofer ou um Huntington qualquer, mas o fundador, por assim dizer, da Geografia francesa. Que falta a essa relação causal para ser verdadeira? O que a invalida? A ausência de historicidade, conseqüente ou associada ao conhecimento das ciências da sociedade, já desenvolvidas na época; a omissão das relações materiais, das relações de produção, do modo de produção em suma (SODRÉ, 1989, p. 99-100).

### 3.3 PARA A CRÍTICA DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO DE VIDA

#### 3.3.1 Uma visão contestatória do revisionismo em torno do conceito de Gênero de Vida

Até a primeira metade do século XX, o pensamento de Paul Vidal de La Blache era incontestado na Geografia francesa, levando Lacoste a criticar a influência da geografia regional vidaliana sobre os cientistas da época “para a enorme maioria dos geógrafos” (LACOSTE, 2012, p. 62). Com o aparecimento de novas correntes, principalmente da Geografia crítica, na segunda metade do século XX novos paradigmas reorientam os trabalhos geográficos, diminuindo a influência da Geografia clássica tributária de La Blache<sup>7</sup>. Todavia, é crescente a releitura de autores do passado para buscar novos enfoques, e resignificar conceitos já superados pelo desenvolvimento de novos conceitos ou por não servirem para explicar a realidade hodierna. Guilherme Ribeiro (2012) é um desses geógrafos que procura dar novo significado aos conceitos de Vidal. Não estamos em desacordo quando este afirma que a epistemologia geográfica vidaliana trata de um tipo original de *démarche*, afinal é mérito do geógrafo francês incluir o homem na paisagem – analisando as técnicas usadas para modificar o meio.

Porém, para Ribeiro (2012, p. 37), La Blache, “indo do território [*sol*] (em sua acepção mais física) ao homem e retornando ao território (já modificado)”, admitira na

---

<sup>7</sup> Para uma visão crítica da história do pensamento geográfico e as contribuições dadas pela Geografia crítica indicamos a leitura de *Por uma geografia nova* de Milton Santos.



verdade um “triplo movimento”, que seria capaz de distinguir a Geografia das demais ciências:

*O epistemológico*, concernente à relação homem-meio e seus desdobramentos; o *histórico*, atinente à transformação humana da natureza através da técnica e da cultura; e o *político*, incidindo nas disputas espaciais promovidas notadamente por Estados Nacionais e Impérios (RIBEIRO, 2012, p. 37-38, itálicos do autor).

Ora, “o que vale para Vidal é analisar da maneira mais aprofundada possível o ‘conteúdo’, as intenções que se processaram ao longo da história entre fatos físicos e fatos humanos num determinado espaço ‘dado’ de uma vez por todas” (LACOSTE, 2012, p. 62), inculcando numa ausência de historicidade já pontuada anteriormente. Também o aspecto da relação homem-meio é visto por La Blache numa óptica dialética defeituosa, ignorando os conflitos de classe de sua época – como bem sustenta Mamigonian (2003, p. 25) “a análise de Vidal e seus discípulos insistia numa visão anacrônica, de permanência das relações natureza-sociedade e de minimização das relações sociais”.

E não fazemos tal crítica caindo em anacronismos, uma vez que Vidal viveu o momento de passagem da Primeira para a Segunda Revolução Industrial, destarte, La Blache observou a grande indústria, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o imperialismo, além de já conhecer o conceito de luta de classes e os escritos de Marx. Podemos comparar as preocupações em relação à paisagem apresentadas por Vidal e Reclus, contemporâneos do mesmo momento. Enquanto que para o primeiro “as paisagens e suas formas são o tema central da leitura geográfica”, para o segundo “são as paisagens dos conflitos socioespaciais da leitura geográfica” (MOREIRA, 2015, p. 144).

Moreira (2015, p. 177) aponta que “a técnica, o trabalho e o homem são as categorias presentes em comum” na Geografia de La Blache e Reclus, em que o homem se evidencia como sujeito da ação de transformação do meio. Vidal irá vislumbrar o trabalho e a técnica no conceito de gênero e modo de vida; já Reclus, no de luta de classes. Sobre o trabalho, Moreira irá afirmar que em “Reclus ele é o elo que faz do homem o sujeito-objeto da história, a própria natureza e o espaço aparecendo como o caminho da sua constituição como ser e consciência”, já Vidal “substitui o trabalho pela ação dos hábitos e costumes, fatos culturais que regulam a coabitação dos gêneros de vida, atuando como essência constitutiva por excelência da sua sociabilidade” (MOREIRA, 2015, p. 177-178). Nota-se, portanto, uma diferença elementar no papel do trabalho para compreensão tanto do homem como sua ação transformadora do meio apresentada pelos dois geógrafos franceses.

Para Guilherme Ribeiro (2012, p. 38) o caráter hodierno do pensamento de La Blache estaria implícito na démarche concernente à “relação homem-meio e seus desdobramentos” às “transformação humana da natureza através da técnica e da cultura” e das “disputas espaciais promovidas notadamente por Estados Nacionais e Impérios”. Segundo este autor, “parece que a globalização acabou por lhe dar razão, visto que, como exposto, defendia a unidade terrestre e o encadeamento dos fenômenos como pilares epistemológicos da Geografia” (RIBEIRO, 2012, p. 38).

Mesmo entusiastas do pensamento vidaliano como Paul Claval reconhecem os limites do gênero de vida, ainda que com um tom de decepção por não ser possível sua utilização nos dias de hoje: “Essa ecologia geográfica deixa infelizmente de ser aplicável nas sociedades modernizadas pela Revolução Industrial e pela revolução dos transportes” (CLAVAL, 2014, p. 140). Ou ainda afirmando que “A própria ideia de gênero de vida, a mais original das concepções das relações homens/meios, não resistiu à modernização das sociedades e ao progresso da ecologia científica” (CLAVAL, 2014, p. 144).

Por fim, Guilherme Ribeiro irá afirmar que, “não obstante, sua herança epistemológica nos parece plenamente atual, e, guardadas as devidas proporções, mantém certa correspondência com determinadas orientações da pesquisa contemporânea” (RIBEIRO, 2012, p. 38). Buscamos ao longo do capítulo indicar as insuficiências do conceito de modo e gêneros de vida de Vidal para a compreensão da realidade contemporânea, colocando-nos em desacordo com o revisionismo apresentado proposto pelo autor. Note-se que o reavivamento do pensamento de La Blache feita por Ribeiro, apontando que a Globalização o comprova para os dias atuais, não é um problema de escala, uma vez que a unidade terrestre permite trabalhar com diversas escalas, mas da ausência de dialética. Se não há dialética não importa a escala abordada, porque se partirá sempre de uma parte e não do todo.

### **3.3.2 Em busca de outro modelo de análise para explicar a realidade**

Certamente, nossa análise não se contentará com a crítica por ela mesma, buscando ao contrário também a propor um modelo de análise que permite exceder a produção do geógrafo clássico francês.

Antes, porém, cabe uma breve ilustração do funcionamento do metabolismo capitalista. É Mészáros, intelectual marxista húngaro, que nos ajuda a contrariar a ideia de região lablacheana, definida por Lacoste como “um poderoso conceito-obstáculo que impediu

a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações” (LACOSTE, 2012, p. 62). Para Mészáros (2014, p. 86) o

‘capitalismo desenvolvido’ não é uma ilha, mas, tanto em sua privilegiada realidade atual quanto nas perspectivas problemáticas do desenvolvimento futuro, é parte essencial do mundo capitalista *antagonicamente interdependente*.

Mészáros (2014, p. 310) considera, justamente, o conceito de capital “como um sistema global que faz valer seu poder por meio do mercado mundial”, que em sua origem está “ligado à concepção hegeliana de ‘história do mundo’ (o domínio da auto-atividade do Espírito do Mundo), à qual a abordagem marxiana contrapõe um conjunto de acontecimentos e desenvolvimentos tangíveis e empiricamente identificáveis”, sendo formulada por Marx da seguinte maneira:

Quanto mais as esferas separadas, que atuam umas sobre as outras, se estendem no decorrer deste desenvolvimento, e quanto mais o isolamento original das nacionalidades separadas é destruído pelo modo de produção avançado, pelo relacionamento e pela divisão natural do trabalho entre várias nações que surge como consequência disso, mais *a história se torna história-do-mundo*. Assim, por exemplo, se na Inglaterra for inventada uma máquina que prive de pão inúmeros trabalhadores na Índia e na China, e subverte toda a forma de existência destes impérios, esta invenção se torna um *fato histórico-mundial*. [...] Disso segue-se que esta transformação da história em história-do-mundo não é um simples ato abstrato da ‘autoconsciência’, do espírito do mundo ou de qualquer outro espectro metafísico, mas um ato absolutamente material, empiricamente verificável, um ato cuja comprovação é apresentada por todo indivíduo à medida que ele vem e vai, come, bebe e se veste. Na história até o presente, é certamente também um fato empírico que indivíduos isolados, com a ampliação de sua atividade em *atividade histórico-mundial*, se tornaram cada vez mais escravos de *um poder estranho a eles* (pressão essa que conceberam como um truque sujo por parte do chamado espírito do mundo, etc.), poder que se tem tornado cada vez maior e, em última instância, transforma-se no *mercado mundial* (MÉSZÁROS, 2014, p. 310-311, itálicos do autor).

Apesar da validade do raciocínio de Marx e Mészáros apontado acima, é preciso relativizar o distanciamento que ambos fazem da metafísica hegeliana e não levar ao pé da letra a interpretação de Hegel como idealista. Pelo contrário, Hegel não concebe o “espírito do mundo” desligado da realidade, conforme apresenta Domenico Losurdo (2014, p. 17) “a lógica metafísica elaborada por ele fornece a gramática e a sintaxe do real, e de um real que não apresenta mais zonas de sombra impenetráveis e inacessíveis à razão”. Acrescenta Losurdo (2014, p. 18) que “um sentido robusto da mundanidade e politicidade do homem atravessa em profundidade todo o sistema filosófico hegeliano”, ou seja, o oposto do idealismo.

### 3.4 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: ALTERNATIVA AO CONCEITO DE GÊNERO DE VIDA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Passemos então, aquele conceito que entendemos como alternativa ao de gênero de vida para o estudo das relações sociais. Como pontuado, este conceito apresentado por Paul Vidal de La Blache, apresenta-se bastante limitado ao negar a totalidade das relações sociais. Contrariando a visão das regiões obstáculos de La Blache, que pouco se relacionam, entendemos que são os interesses do grande capital que definem “os grupos de atividades localizadas num ponto dado do espaço” (SANTOS, 2012, p. 104) e que

Os segmentos ou classes sociais criados ou reforçados pelas relações entre países ou regiões subdesenvolvidos e países ou regiões desenvolvidos têm comportamentos diferentes face às exigências da vida econômica e social (SANTOS, 2012, p. 39).

Dessa forma, como aponta Milton Santos (2012, p. 210)

Hoje o espaço das sociedades não é a soma dos espaços correspondentes a cada sociedade particular existente, tampouco esse espaço social é exclusivamente o *habitat* dos homens, graças à nova natureza das relações intrassociais e entre sociedades.

Mészáros chama atenção para a necessidade de utilizar as corretas categorias para a explicação da realidade concreta:

a natureza da ordem socioeconômica do capital só é inteligível em termos *globais*, não se pode dar muito crédito à conceitualização do ‘mundo capitalista avançado’ a partir de uma perspectiva que ignora sistematicamente a esmagadora maioria da humanidade e opera com categorias que não dão atenção às suas reais condições de existência (MÉSZÁROS, 2014, p. 79).

Posto assim, o gênero humano de La Blache ignora a esmagadora maioria da humanidade, e qual categoria podemos então utilizar para estudarmos as reais condições de sua existência? Para nós é a categoria de Formação Econômica e Social (F.E.S.), desenvolvida, sobretudo, por teóricos marxistas. Coube a Milton Santos (1978; 2012) trazer a discussão sobre a F.E.S. para o campo da Geografia, preocupando-se em assinalar a ausência, em um amplo conjunto de autores, da análise do espaço como instância que permeia a sociedade. Ele dirige sua crítica tanto aos teóricos marxistas como pensadores burgueses:

(...) quando, por outro lado, nos voltamos para o pensamento marxista, encontramos nuances no enunciado da classificação, mas a ausência de referência ao espaço é, também, praticamente geral (SANTOS, 2012, p.177).

Antes de apresentar o espaço como instância social, o geógrafo baiano expõe as diferentes classificações das instâncias que formam a vida social e o debate feito entre os

diversos autores. Para Milton Santos “tal construção é apenas ligeiramente diferente da oferecida por outros marxistas” (2012, p. 178), pois na maioria destes autores as formulações listam três estruturas (ou instâncias) centrais já cristalizadas, a estrutura econômica, a estrutura ideológica e a estrutura jurídico-política. Na crítica de Santos, em nenhum caso estes estudos fazem “menção ao espaço como podendo ser uma instância social” (2012, p. 179).

Dessa discussão sobre as estruturas, Milton Santos questiona se o espaço seria uma estrutura subordinada exclusivamente ao econômico e se a economia poderia funcionar sem uma base geográfica, sendo sua resposta negativa, “mesmo se a palavra geográfica é tomada na sua acepção mais equívoca, como um sinônimo de condição natural” (SANTOS, 2012, p. 182). Criticando aqueles que se limitam a uma interpretação economista das relações sociais, Santos insiste que “Marx dava a primazia à totalidade, o que aparece claramente na famosa *Introdução de 1857*” (SANTOS, 2012, p. 183).

Todavia, deve-se estar atento para um problema nesta discussão. Ele diz respeito às leituras estruturalistas das categorias de formação econômico-social e de modo de produção. Para Moraes, os padrões de análise das categorias básicas de interpretação da sociedade dentro do estruturalismo custaram para Althusser “um distanciamento da dialética” e “uma alta dose de formalismo” (1988, p. 88). Assim, “o modo de produção passa a ser entendido como um “modelo teórico”, cujas “manifestações empíricas” estão expressas nas formações econômico-sociais (apenas estas sendo dotadas de concretude histórica)” (MORAES, 1988, p. 88), permanecendo o modo de produção como abstração. Milton Santos também guarda espaço para essa discussão, indicando que Althusser “parte da distinção entre *conceitos teóricos*, que definem os ‘objetos formais abstratos’, e os *conceitos empíricos*, que são as determinações da existência dos objetos concretos” (SANTOS, 1982, p. 21).

Também Marta Harnecker forneceu uma contribuição a este debate, criticando o que seria uma espécie de variação da teoria estruturalista. Harnecker

recusa a definição das F.E.S. como ‘totalidades sociais abstratas’. Para ela, a F.E.S. encerra uma realidade concreta, ‘historicamente determinada’, estruturada a partir da forma com que se combinam as diferentes relações de produção que coexistem ao nível da estrutura econômica (SANTOS, 1982, p. 21).

De fato, Santos (2012) parece ir ao encontro de Harnecker ao apontar para o estudo historicamente determinado do espaço por meio das formações econômicas e sociais:

as formações sociais não existem senão pelos seus aspectos concretos, entre os quais os modos de produção concretos que as constituem e que possibilitam chegar a compreender a especificidade de cada sociedade (...) como realidade historicamente determinada com base territorial” (SANTOS, 2012, p. 245).

Milton Santos corrobora com a necessidade de tomar em conjunto as estruturas para compreender as determinações sobre a realidade social, mas não se limita a esta “positivização”, valorizando, diferentemente do estruturalismo, os processos:

Como o acontecer social, aqui enunciado como acontecer geográfico, depende da sociedade como um todo, cada acontecer particular representa uma determinação da sociedade como um todo e um lugar próprio que o define, acrescentando à sua dimensão social original, uma dimensão que é, de uma só vez, temporal e espacial. *Lugares e área, regiões ou subespaços são, pois, unicamente áreas funcionais, cuja escala real depende dos processos* (SANTOS, 2012, p. 219, itálicos nossos).

Tratando o espaço como história e estrutura, pois “o espaço não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual porque é a memória dos modos de produção do passado” (SANTOS, 2012, p. 181), o geógrafo brasileiro aprofunda o estudo das estruturas e os processos que fazem parte das determinações da realidade. Assim, sua tese é a de que “através do espaço, a história se torna, ela própria, estrutura, estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdos, influenciam o curso da história, pois elas participam da dialética global da sociedade” (SANTOS, 2012, p. 189). A rigor, estamos diante da crítica da oposição entre estrutura e história, ela mesma esquecida da centralidade da geografia no processo histórico e assim também do emergir da compreensão do espaço não só como “suporte”, mas também “sujeito de um processo” (SANTOS, 2012, p. 188-189)<sup>8</sup>.

Para Santos, todavia, “o espaço não depende exclusivamente da estrutura econômica, como alguns têm tendência a imaginar” (SANTOS, 2012, p. 182), tampouco das demais estruturas, que a rigor se inter-relacionam e dependem uma da outra, numa relação dialética. Daí referir-se a Lukács, que “lembra que a tese da dominância não prova, mas antes se choca com a noção de totalidade” (SANTOS, 2012, p. 183-184). Portanto, o

espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1982, p. 18).

E eis, referindo-se uma vez mais a Lukács, a centralidade dada à totalidade:

---

<sup>8</sup> O raciocínio apresentado por Milton Santos neste parágrafo é o de uma clara *Aufhebung*, apesar do geógrafo brasileiro não utilizar o termo de Hegel. Santos se aproxima da dialética hegeliana ao criticar a separação entre história e estrutura, apresentada pela análise da permanência de modos de produção atrasados (rugosidades) e que para a superação do atual modo de produção, em direção ao futuro não se pode simplesmente liquidar a experiência histórica passada, mas assimilar suas características transformadoras. Se não se faz tal leitura dialética (de uma verdadeira *Aufhebung*) em Milton Santos incorre-se no erro de cair numa interpretação pós-moderna ou culturalista dele; ou seja, uma leitura que valoriza apenas as “raízes culturais” do espaço social.

Para Lukács, a categoria de totalidade, uma herança deixada a Marx por Hegel, consagra ‘a dominação determinante em todos os sentidos, do todo sobre as partes’ e constitui a essência do método utilizado por Marx como ‘fundamento de uma ciência inteiramente nova’. Dentro desse pensamento, a primazia corresponde à totalidade como estrutura, a qual está acima das suas subestruturas e sobreleva a sucessão, no tempo, das diversas categorias específicas (SANTOS, 2012, p. 184).

Ou seja, Milton Santos caminha em direção a uma decidida incorporação da dialética hegeliana: “Hegel assemelhava a noção de realidade à noção de dialética. E a noção de dialética suprime o risco da elucubração metafísica quando a realidade analisada é o espaço” (SANTOS, 2012, p. 213). Posição que, entre outros aspectos, o aproxima de Gramsci.

De fato, apesar de Milton Santos citar Gramsci apenas uma vez em seu livro *Por uma Geografia Nova*, o geógrafo baiano parece incorporar em mais de um aspecto o legado do intelectual sardo. Estes autores que se assemelham quanto aos esforços para superar as limitações teóricas de suas épocas, no caso de Gramsci o positivismo presente nos marxistas do final do século XIX e início do século XX, em Milton Santos o economicismo presente na definição das instâncias e até mesmo nas inserções que faz a geografia vidaliana neste campo filosófico. Ambos criticam os “marxistas vulgares” e esforçam-se na elevação teórica de suas áreas de conhecimento, tendo a dialética papel central nesta elaboração:

A função e o significado da dialética só podem ser concebidos em toda a sua fundamentalidade se a filosofia da práxis for concebida como uma filosofia integral e original, que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades (GRAMSCI, 2004, p. 143).

Para Gramsci (2004), sem se compreender a relação de identificação entre racional e real, a objetivação da realidade, não é possível compreender a filosofia da práxis e sua posição em face do idealismo e do materialismo mecânico que ele busca combater. É este o caso do *Ensaio Popular* de Bukharin, a quem Gramsci endereça críticas no caderno 11 dos *Cadernos do Cárcere*. Um exemplo do positivismo de Bukharin aparece na substituição da “ideia” hegeliana pelo “conceito” de estrutura. Como afirma o filósofo sardo:

A ‘ideia’ hegeliana se resolve tanto na estrutura quanto nas superestruturas e toda a maneira de conceber a filosofia foi ‘historicizada’, isto é, iniciou-se o nascimento de um novo modo de filosofar, mais concreto e mais histórico do que os precedentes (GRAMSCI, 2004, p. 138).

Contrapondo-se à visão empirista do real, Gramsci sustenta que a filosofia da práxis (ou materialismo histórico) “é o historicismo absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história. Nesta linha é que deve ser

buscado o filão da nova concepção do mundo” (GRAMSCI, 2004, p. 155). A mesma mundanização e terrenalidade que, para Milton Santos, pode ser atingida por meio da categoria de formação econômica e social, que é a categoria “mais adequada ao estudo do espaço, porque essa categoria permite que não nos afastemos da realidade concreta” (SANTOS, 2012, p. 213).

É através desta distinção consciente dos pensadores vulgares, e no interesse de constituir uma filosofia da práxis que supere as velhas filosofias, “depurando-a de todo o seu aparato metafísico e conduzindo-a ao terreno concreto da história” (GRAMSCI, 2004, p. 156), que Milton Santos insiste não haver oposição entre história e estrutura:

As modificações do papel das formas-conteúdo – ou simplesmente da função cedida à forma pelo conteúdo – são subordinadas, e até determinadas, pelo modo de produção tal como ele se realiza na e pela formação social. Assim, o movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura (SANTOS, 1982, p. 17).

Com Bukharin, que reduz o econômico a instrumento técnico, erguendo-o como causa única e suprema do desenvolvimento, e assim simplificando todo o conjunto das relações sociais e as forças produtivas, estamos diante da negação da própria compreensão da totalidade e do desenvolvimento integral da sociedade. É clara aqui a crítica de Gramsci, que associa o autor russo ao historiador positivista Achile Loria:

De resto, a este respeito, o modo de pensar exposto no *Ensaio* não difere do de Loria, se não é ainda mais criticável e superficial. No *Ensaio*, não se compreende exatamente o que seja a estrutura, a superestrutura, o instrumento técnico: nele, todos os conceitos gerais são nebulosos e vagos. O instrumento técnico é concebido de uma maneira tão genérica que significa qualquer ferramenta ou utensílio (GRAMSCI, 2004, p. 159).

Milton Santos (2012) também foge dessa simplificação. De fato, podemos relacionar os instrumentos técnicos ao conceito de “gênero de vida” proposto por Vidal de La Blache e largamente utilizado na Geografia vidaliana. Noção que ele rejeita concordando com M. Sorre, ao afirmar que o conceito não é “mais aplicável no mundo moderno onde os grupos humanos agem principalmente segundo os impulsos vindos do exterior” (SANTOS, 2012, p. 36), vale dizer, do modo de produção dominante e dos elementos da totalidade a ele inerentes, o que desatualiza completamente o “gênero de vida”, centrado na “óptica de uma técnica ligada à cultura e não ao modo de produção” (SANTOS, 2012, p. 37) e assim capaz de justificar o subdesenvolvimento de dado lugar pelo atraso cultural, e não pelo conjunto das relações sociais e econômicas.



Por certo, para Milton Santos, “somente o estudo da história dos modos de produção e das formações sociais nos permitirá reconhecer o valor real de cada coisa no interior da totalidade” (2012, p. 263). Uma concepção, como se vê, claramente ancorada no materialismo histórico, mas que de modo algum aceita ignorar o papel que aqui desempenha o espaço geográfico, enquanto um elemento da totalidade histórico-dialética, isto é, muito mais que um simples suporte econômico-material:

A necessidade maior é a de desmistificar o espaço, se desejamos juntar as características próprias do espaço e da formação social correspondente em uma teoria saída da realidade. Trata-se de encarar o espaço como ele é, uma estrutura social, como as outras estruturas sociais, dotada de autonomia no interior do todo e participando com as outras de um desenvolvimento interdependente, combinado e desigual (SANTOS, 2012, p. 265).

E eis que é a este ponto que também chega o historiador marxista Nelson Werneck Sodré (1989, p. 118) em sua crítica da geografia vidaliana:

O estudo da natureza – Geografia física – é historicamente condicionado. Excluir o homem desse estudo é confundir-lo. Assim, uma Geografia meramente descritiva representa consumada falsidade. A Geografia deve estudar, com particular destaque, como o homem modifica a natureza e como essa modificação, variando ao longo dos tempos, dependeu essencialmente do nível das relações de produção e do caráter do regime de produção. Não há produção, em abstrato. A produção resulta do trabalho humano, principalmente. É o trabalho que regula, no fim de contas, a relação entre o homem e a natureza. Ou, em outro nível, a relação entre Geografia e a História.

Como se sabe, são as contradições ao nível destas relações que põem em marcha o processo histórico, central na geografia crítica que se reconhece herdeira da dialética hegeliana, segundo a proposta formulada por Milton Santos. E é esta uma falta decisiva na geografia vidaliana, mesmo quando ela (e o próprio Vidal de La Blache), nos seus momentos mais avançados, fala de relações sociais.

#### **4 IDEOLOGIA E IMPERIALISMO EM PAUL VIDAL LA BLACHE**

Para responder o objetivo específico do capítulo – se há ou não uma ideologia geográfica no pensamento de Paul Vidal de La Blache – precisamos nos familiarizar primeiro com os conceitos de **ideologia** e **imperialismo** e suas influências na produção material e intelectual. Com intuito de compreender tais conceitos e sua ação na Geografia valemo-nos das obras de Löwy (1985), Mészáros (2014), Santos (2012), Moreira (1986), Lacoste (2012), Netto e Braz (2006) e Moraes (1988), fazendo por fim uma análise crítica dos escritos de La Blache (1897, 1898, 1901, 1903, 1906, 1908a, 1910, 1911a, 1911b) para procurar demonstrar

sua vinculação ideológica com as classes dominantes francesas e os interesses imperialistas daquela nação.

#### 4.1 IDEOLOGIA E IMPERIALISMO NA GEOGRAFIA

##### 4.1.1 O conceito de Ideologia

Marx e Engels afirmam no Manifesto: “Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a transformação da produção material? As ideias dominantes de cada época foram sempre as ideias de sua classe dominante”<sup>9</sup>. Isso significa que a produção intelectual está vinculada à produção material, ou seja, ao modo de produção dominante e sua classe dominante, que desde o século XVIII se expressa no capitalismo como modo de produção dominante e na burguesia como sua classe dominante. Aí está também para Marx o significado do conceito de ideologia, que segundo Löwy (1985, p. 12) o trata de forma pejorativa, referindo-se “à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante”. Todavia, em Lênin o conceito de ideologia é resignificado, designando “qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe” ou seja, “existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária” (LÖWY, 1985, p. 12).

Também para outras correntes intelectuais o sentido do conceito varia. Para o sociólogo Karl Mannheim, como aponta Löwy (1985, p. 13), a ideologia é o

conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que têm um certo caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, sevem à manutenção da ordem estabelecida.

Mannheim ainda distingue ideologia de utopia, para quem a utopia tem um sentido contrário ao da ideologia, compreendendo “aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade”, tendo, portanto, “uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura” (LÖWY, 1985, p. 13). Michael Löwy (1985, p. 13) apresenta outro termo para evitar a confusão terminológica entre ideologia e utopia, que para ele é o de “visão social de mundo”, sendo “todos aqueles conjuntos

---

<sup>9</sup>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução, prefácio e notas Edmilson Costa. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015, p. 86

estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas”, que tal como para Lênin, podem estar vinculados a determinada classe social. Dessa forma, Löwy (1985, p. 14) sustenta que as visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos:

visões ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas, quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente.

Apesar das distintas definições de ideologia entre Marx, Lênin e Mannheim podemos encontrar um denominador comum quando se trata da função da ideologia da classe dominante, servindo para a manutenção da ordem estabelecida. Destarte, trabalharemos com a ideologia nesse aspecto, valendo-nos também da noção de “visão social de mundo” apresentado por Michael Löwy, para quem não se pode entender uma ideologia

sem ver como ela se relaciona com o conjunto da vida social, com o conjunto histórico do momento, isto é, com os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de classes sociais, etc. É impossível entender o desenvolvimento de uma ideologia, de uma teoria, de uma forma de pensamento, seja religiosa, científica, filosófica ou outra, desvinculadamente do processo mesmo do desenvolvimento das classes sociais, da história, da economia política (LÖWY, 1985, p. 16).

Segundo Mészáros (2014, p. 116), teórico marxista húngaro, três conjuntos fundamentais de determinações influenciam os temas ideológicos dominantes:

1. Os parâmetros socioeconômicos de uma fase histórica específica.
2. Os principais movimentos políticos e suas necessidades ideológicas e intelectuais.
3. As teorias e práticas científicas importantes, assim como as várias filosofias e as auto-reflexões da ciência referentes à sua função reguladora no complexo total das atividades humanas.

Visão que se assemelha a de Gramsci, para quem as ideologias importantes são aquelas historicamente orgânicas, ou seja, “ideologias que fazem parte organicamente de uma certa estrutura social”, incluindo como ideologia e superestrutura a ciência, “porque resulta também do processo histórico” (LÖWY, 1985, p. 27).

A partir dessas reflexões é possível compreender que as ideologias, utopias e visões sociais de mundo, “têm um papel no processo de conhecimento da realidade” (LÖWY, 1985, p. 27). Podendo servir como obstáculo ou favorecer o conhecimento da realidade, dependendo de qual ideologia de classe predomina. Sobre isso, Mészáros (2014, p. 223) aponta que “as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante *posição privilegiada* em relação a todas as variedades de ‘contraconsciência’”. Elas assumem

uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como para com os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar,

em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo (MÉSZÁROS, 2014, p. 233).

Ou seja, não existem ideologias inocentes:

[as ideologias em contextos mais amplos] não devem ser entendidas no enganoso uso atual da palavra (como uma consciência antecipadamente falsa da realidade), mas, assim como Marx as determinou no prefácio de *Para a crítica da economia política*, como formas “nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito” (isto é, daquele que emerge dos fundamentos do ser social) “e o combatem”.<sup>10</sup>

#### 4.1.2 Ideologias geográficas

Trazendo o debate de ideologia para a Geografia, emprestamos o título do geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes (1988, p. 41) para abertura do tópico, que chama atenção para a precariedade da “discussão específica dos contatos entre as ideias geográficas e a ideologia”, apontando três questões que reduzem o debate. A primeira ligada ao “universo estrito da Geografia como campo de análise, sem se interrogar quanto à eficácia política dessa disciplina enquanto veículo do saber a respeito do espaço”, o que leva “à despolitização da abordagem e à supervalorização da disciplina”, com o que se acaba por dissociar as “vinculações entre as representações do espaço e a prática política” (MORAES, 1988, p. 41). O segundo ponto de reducionismo liga-se ao ensino escolar de Geografia, onde os estudos “tomam a relação Geografia-ideologia absolutamente circunscrita ao universo do ensino”, em que não se questiona “a produção *em si* das representações espaciais, e os interesses específicos que lhes deram origem” (MORAES, 1988, p. 41-42).

A terceira ressalva está relacionada a falta de análises concretas, limitando as discussões na Geografia num plano de princípios gerais, em que segundo Moraes (1988, p. 42), “o grau de abstração dos debates (sua pouca concretude histórica) é bastante intenso, sem que isto corresponda a um enriquecimento diretamente filosófico”. Dessa forma o discurso geográfico e a ideologia são tomados como abstrações, “universais vazios sem determinações históricas”, ou seja, “discute-se a relação entre a Geografia e ideologia *em geral*” (MORAES, 1988, p. 42).

A lição para Moraes (1988, p. 43-44) é a de “buscar apreender a relação Geografia-ideologia em quadros históricos concretos, e estando de posse de um instrumental teórico previamente ordenado”. Dessa forma, se quisermos buscar as implicações ideológicas na

---

<sup>10</sup>Gyorg Lukács, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível* (trad. Lya Luft e Rodnei Antônio do Nascimento, São Paulo, Boitempo, 2010, p. 38).

Geografia Clássica e em Paul Vidal de La Blache, precisamos retomar as condições da realidade daquela época em que atuou profissionalmente, ou seja, as décadas da segunda metade do século XIX e das duas primeiras do século XX, anos em que o capitalismo atinge um novo estágio, o do imperialismo, buscando compreender qual Geografia se produziu naquele período. Fase que para Ruy Moreira “traduzir-se-á, no plano da política internacional, como intensa luta entre as potências imperialistas pela divisão dos continentes em ‘zonas de influência’” completando que “a entrada do capitalismo em nova fase trará profundas transformações na geografia, no plano da realidade e conseqüentemente, no plano do saber” (MOREIRA, 1986, p. 7).

Sobre a função ideológica da geografia escolar e universitária, ponto que retornaremos adiante, o geógrafo francês Yves Lacoste dirá que esta se destina a

mascarar, por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, como ainda para a organização do Estado e a prática do poder. É sobretudo quando ele parece ‘inútil’ que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos ‘neutros’ e ‘inocentes’ parece supérflua. A sutileza foi a de ter passado de um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo (LACOSTE, 2012, p. 25).

#### 4.1.3 Uma ciência a serviço do colonialismo

Jean Dresch, citado por Milton Santos (2012, p. 29), escreve acerca da geografia francesa que “desde suas origens, ela responde a uma ideologia necessariamente orientada”, tendo “nascida não durante o desenvolvimento mas no decorrer do triunfo da burguesia”<sup>11</sup>. E essa ideologia da Geografia, engendrada pelo capitalismo,

tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia. Esse era um momento crucial em que urgia remediar, ao mesmo tempo, o excesso de produção e o excesso de capitais, bem como sopitar as crises sociais e econômicas que sacudiram os países interessados. Era necessário, portanto, criar as condições para a expansão do comércio (SANTOS, 2012, p. 30).

Continuando o diálogo com J. Dresch, Milton Santos está de acordo quando este afirma que a geografia “foi mais uma filosofa que uma ciência, filosofia que os geógrafos alemães, assim como os historiadores, utilizaram com fins políticos”, servindo como “arma para o combate entre Estados e entre Impérios” (SANTOS, 2012, p. 105). Acrescenta, porém, que a geografia “foi mais uma ideologia que mesmo uma filosofia” e que “não somente a

---

<sup>11</sup> A geografia alemã, ao contrário, surge no período do desenvolvimento da burguesia entre 1789 – 1848. Já a geografia francesa desenvolve-se na segunda metade do século XIX, quando a burguesia já se estabelece como classe social dominante e remove seu verniz revolucionário de outrora.

geografia alemã foi utilizada com finalidades políticas” (SANTOS, 2012, p. 106), mas também a Geografia de outros países<sup>12</sup>.

Os dois autores afirmarão que pela debilidade dos métodos próprios, a geografia sofreu, “mais que qualquer outra ciência a influência das ideologias presentes” em que a “interpretação geográfica não é apenas ‘obstaculizada pelas ideologias correntes’, de fato ela se torna, por si mesma, uma verdadeira ideologia” (SANTOS, 2012, p. 106). Assim, “uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro aspecto do mesmo programa” (SANTOS, 2012, p. 31)<sup>13</sup>.

O geógrafo baiano lembra que a utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não ficou restrita a um país, mas que “em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artificios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão” (SANTOS, 2012, p. 31). Da empreitada colonial surgem as Sociedades Geográficas<sup>14</sup>, associações científicas e de capitalistas que “proliferam as expedições, destinadas ao reconhecimento e mapeamento do terreno (da ‘geografia física’), fixação de primazias e estabelecimento de relações diplomáticas e mercantis com os povos africanos e asiáticos” (MOREIRA, 1986, p. 10). Decorrem daí conferências como as de Bruxelas (1876) e de Berlim (1884-1885) destinadas a atender os interesses de nações europeias sobre a partilha da África sob o pretexto civilizatório. Ruy Moreira sustenta que “foi na França que a geografia a serviço do imperialismo primeiramente ganhou status e legitimidade acadêmica, ao ser criada em 1892 a

---

<sup>12</sup> Cabe destacar que quando pontuamos que a geografia alemã foi utilizada com finalidades políticas ligadas à expansão imperialista referimo-nos àquela geografia da segunda metade do século XIX – que teve como expoente Friedrich Ratzel – e não da geografia de Humboldt. Em recente trabalho, Andrea Wulf (2016) expõe o entusiasmo de Humboldt pela revolução francesa e a crítica que fazia ao colonialismo. Estando ciente dessa discussão seria injusto enquadrar Humboldt no mesmo espectro que Ratzel. Para se aprofundar no tema recomendamos a seguinte obra: *WULF, Andrea. A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexandre von Humboldt. Trad. Renato Marques. São Paulo: Planeta, 2016.*

<sup>13</sup> Para Pereira (2009, p. 43): “A conquista de novos territórios supõe um conhecimento prévio dos mesmo que pode ser conseguido facilmente através desta disciplina [Geografia]. Concluída a fase exploratória, a consolidação da geografia prossegue através de estudos dos territórios coloniais que exigem conhecimentos cada vez mais especializados”.

<sup>14</sup> Tais Sociedades por toda Europa, lograram à geografia grande receptividade junto aos poderes públicos. Como demonstra Pereira (2009, p. 44): “As sociedades geográficas, extremamente ligadas à expansão colonial, desempenharam importante papel no desenvolvimento da geografia. Vinculadas ao governo e a uma burguesia empreendedora, reúnem informações capazes de dirigir a política de repartição do mundo e concentrar o necessário para a conquista e exploração de diferentes regiões. Em 1821, foi criada a Sociedade Geográfica de Paris; em 1828, a de Berlim e em 1830 a de Londres. Ritter foi presidente da Sociedade Geográfica de Berlim, difundindo também através dela sus ideias”.

cadeira de ‘Geografia Colonial’, que mais tarde chamar-se-á *Geographie D’Otre-Mer*” (MOREIRA, 1986, p. 40).

Se no âmbito político-econômico a geografia francesa surgiu para servir à burguesia francesa na expansão territorial, domesticamente visou servir de instrumento de recuperação da imagem de grande potência, abalada pela guerra franco-prussiana, havendo aqui um esforço por parte do Estado francês de expandir o ensino de geografia. Para Moreira (1986, p. 26) a “geografia que temos hoje em nossas escolas e universidade é a geografia por eles sistematizadas [Humboldt e Ritter] sob a versão que lhe dará a ‘escola francesa’ nos fins do século XIX e inícios do século XX”.

#### **4.1.4 Da Geografia à Geopolítica**

A disputa pela repartição territorial do mundo realizada pelas potências imperialistas em competição, segundo Sodré (1989, p. 58), tornou possível “a passagem do campo da Geografia ao da Geopolítica, isto é, ao esforço para revestir de caráter científico aquilo que não passava, na realidade, de espoliação colonialista ou imperialista”. De acordo com Ruy Moreira, a geopolítica não se limita a ser uma “ideologia alemã”, “mas a geografia oficial sem seu costumeiro disfarce”, sustentando que “a geografia é sempre uma geopolítica, ou seja, um discurso que sempre está pondo sobre a mesa a questão do poder: dos homens sobre a natureza e dos homens sobre os outros homens. Eis o que esconde as academias e seus professores” (MOREIRA, 1986, p. 41). A geopolítica é, portanto, a culminância ideológica da geografia: “oriunda da Geografia da etapa imperialista, e pretendendo-se geográfica, não passa de construção ideológica desprovida de sentido científico, marginal, com papel no plano político unicamente” (SODRÉ, 1989, p. 54).

#### **4.1.5 O conceito de Imperialismo**

Vimos, portanto, que a principal vinculação ideológica, ou função ideológica que a Geografia exerceu na segunda metade do século XIX e início do século XX esteve ligada ao imperialismo. Apresentamos a definição desse conceito nas próximas linhas. Lênin o resume da seguinte maneira:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e

terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (NETTO; BRAZ, 2006, p. 180).

A busca pelo controle de novos mercados, objetivo dos monopólios, leva as grandes empresas monopolistas a dividirem “entre si as regiões do mundo que pretendem subordinar a seus interesses”. Se os grandes monopólios realizam uma *partilha econômica* do mundo, “os Estados capitalistas onde o capitalismo monopolista se desenvolve e cujos interesses representam (que se tornam, pois, Estados *imperialistas*) promovem uma *partilha territorial* do mundo” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 182). A partilha promovida pelo imperialismo, como demonstram Netto e Braz (2006) foi uma verdadeira recolonização:

De 1874 a 1914, as grandes potências se apoderaram de cerca de 25 milhões de quilômetros quadrados de territórios coloniais, ou seja, mais que 50% da superfície das metrópoles (...) Em 1876, Alemanha, Estados Unidos e Japão não tinham colônias e a França as tinha poucas. Em 1914, estas quatro potências haviam se apoderado de colônias com uma superfície total de 14.100.000 quilômetros quadrados e uma população de cerca de 100.000.000 habitantes (NIKITIN, s.d., p. 168 *apud* NETTO; BRAZ, 2006, p. 183).

Para Netto e Braz (2006, p. 183) a partilha territorial do mundo é posta em questão em 1914: “como já não existiam mais territórios “livres”, qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre os Estados imperialistas”, o que levou à Primeira Guerra Mundial. A guerra é, portanto, instrumento fundamental de partilha territorial do mundo pelas potências imperialistas.

Antes de partirmos para a análise dos laços imperialistas de La Blache cabe fazer um parêntese sobre a desqualificação do uso de algumas categorias vitais do pensamento crítico. Como aponta Mészáros (2014, p. 58):

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos.

O conceito de imperialismo é justamente uma dessas categoriais desqualificados pelo discurso ideológico da classe dominante, como exemplifica o pensador húngaro:

Um bom exemplo disso é oferecido por um professor de Oxford que, em um artigo sobre a exploração econômica na África, enfatiza que: ‘*Exploração*, como *imperialismo*, não é palavra para *estudiosos sérios*, porque seu significado há muito vem ficando confuso por causa de ‘*conceitos ideológicos*’<sup>15</sup> (MÉSZÁROS, 2014, p. 58, *itálicos do autor*).

---

<sup>15</sup> Citado por Harry Magdoff em seu livro *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, Nova York, Monthly Review Press, 1978, p. 148. O acadêmico em questão é David K. Fieldhouse, que na época era titular da cadeira Beit de História da Comunidade Britânica na Universidade de Oxford.



Levando Mészáros (2014, p. 58) a concluir que

Já que conceitos como ‘exploração’ e ‘imperialismo’ são banidos de qualquer discussão séria sobre o relacionamento entre as sociedades capitalistas avançadas ‘industriais modernas’ e ‘pós-industriais’ e os países economicamente dependentes do ‘Terceiro Mundo’ os estudiosos do autocomplacente consenso ideológico podem andar em círculos e deduzir da matriz de categorias assumidas qualquer coisa que for conveniente à ordem dominante e a sua ideologia oculta.

#### 4.2 IDEOLOGIA E IMPERIALISMO EM PAUL VIDAL DE LA BLACHE

Posta as definições de ideologia e imperialismo e o uso ideológico da geografia, pretendemos responder o nosso objetivo específico deste capítulo: há uma ideologia geográfica no pensamento de Paul Vidal de La Blache?

A obra *Ideologias Geográficas* de Antonio Carlos Robert Moraes (1988) nos fornece o cabedal metodológico para responder tal questão. Para ele é preciso captar o contexto de formulação e a difusão e condições de assimilação de determinado pensamento, além de identificar os agentes desse movimento e os interesses veiculados, além de rastrear a eficácia política destas ideologias. De acordo com o autor, dentro do universo das ideologias é possível nomear um campo geográfico, “este campo manifesta no plano das ideias a relação sociedade-espço, e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” (MORAES, 1988, p. 44):

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política (MORAES, 1988, p. 44).

Moraes apresenta três atributos das ideologias geográficas que nos guiarão na empreitada de identificar a ideologia geográfica no pensamento de Paul Vidal de La Blache. São elas:

1. “O discurso que veicula uma visão do espaço, do território, do lugar etc. Aqui os temas como o do ‘caráter’ de uma dada área, ou o da ‘aptidão’ de certas porções do planeta, ou ainda o do ‘destino’ de determinados lugares, aparecem como bem ilustrativos” (MORAES, 1988, p. 44-45).

2. “O discurso que tenta colocar as questões sociais como qualidades do espaço. As teses do determinismo geográfico podem ser apresentadas aqui como uma grande exemplificação” (MORAES, 1988, p. 45).

3. “O discurso diretamente normativo a respeito do espaço, em variadas escalas. Os planos e projetos que visam ordená-lo, destruí-lo, reconstruí-lo etc., servem como exemplo” (MORAES, 1988, p. 45).

O autor em tela aponta que:

No sentido formulado por Gramsci, caberia buscar as ideias geográficas no bojo da luta ideológica numa conjuntura concreta, questionando a eficácia prática desta classe de ideologia. Tentar detectar quais leituras do espaço se hegemonizaram num país, quais influíram nas representações coletivas de uma nação, quais orientaram diretamente a produção de seu território (MORAES, 1988, p. 93).

#### 4.2.1 Um ideólogo?

É o próprio Paul Vidal de La Blache que afirma “os geógrafos desenvolvem as suas próprias concepções da sociedade. Abordam-na através das suas expressões materiais e das formas de valorização que produz” (LA BLACHE, 1902 *apud* CLAVAL, 2014, p. 336). Assim, o geógrafo francês expõe que possui as suas próprias visões sociais de mundo, utilizando o termo apresentado por Löwy. Yves Lacoste dirá que “seu papel ideológico foi considerável”, uma vez que o pai da escola francesa de geografia “exerceu uma grande influência, tanto por sua orientação em direção à ‘geografia regional’ como pela despolitização do discurso que ele impunha” (LACOSTE, 2012, p. 58). Mamigonian (2003, p. 16) é categórico ao classificar La Blache como “grande intelectual das classes dominantes”.

Ocultado pelo positivismo, “que se apresenta como ciência livre de juízos de valor, neutra, rigorosamente científica, que, no dizer de Augusto Comte, ‘não admira nem amaldiçoa os fatos políticos’” (LÖWY, 1985, p. 40), as visões sociais de mundo de La Blache acabam tendo uma função política e ideológica. De tal maneira, o discurso de Vidal a respeito do espaço penetrado por esse positivismo, assume um caráter conservador da ordem pública, ou seja, da burguesia francesa – em a *França do Leste* La Blache, ao se referir ao desenvolvimento industrial e dos transportes ele normatiza o espaço como limitado ao modo de produção capitalista – também sua defesa do imperialismo e como o Estado francês ordena, destrói e reconstrói o espaço de suas colônias acaba por normatizá-lo, relacionando-se

com o terceiro ponto que Moraes (1988) aponta como parte de uma ideologia geográfica. Isto é confirmado em uma outra ponderação de Comte:

O positivismo tende poderosamente, pela sua natureza, a consolidar a ordem pública, pelo desenvolvimento de uma sábia resignação. Porque não pode existir uma verdadeira resignação, isto é, uma disposição permanente a suportar com constância e sem nenhuma esperança de mudança, os males inevitáveis que regem todos os fenômenos naturais que, senão, através do profundo sentimento dessas leis invariáveis. A filosofia positiva, que cria essa disposição, se aplica a todos os campos, inclusive ao campo dos males políticos” (LÖWY, 1985, p. 40).

No primeiro capítulo abordamos a manifestação do método positivista na produção geográfica de Paul Vidal de La Blache, que ao tratar a sociedade como organismo, justifica a desigualdade social como fenômeno natural. Sobre o privilégio de certos “órgãos” desse organismo social Durkheim dirá que:

da mesma maneira que em um corpo vivo certos órgãos recebem mais sangue, mais nutrição – por exemplo, o sistema encefálico é mais irrigado porque as suas funções são mais importantes -, certas camadas que recebem o papel de cérebros da sociedade são privilegiadas, portanto, isso é um fenômeno natural, necessário (LÖWY, 1985, p. 55).

As ideias geográficas de La Blache se ligam à política e à cultura nos marcos da formação nacional francesa, expressando também os anseios de sua classe dominante de apetite pelo espaço e da conquista. Duas passagens de Vidal ilustram esse entusiasmo:

Graças a uma compreensão mais ampla do globo, o espírito geográfico saiu fortalecido do período de colonização e de descobertas que marcou o final do século XIX. Os traços deste progresso manifestam-se pelo modo mais geográfico com que os melhores entre os atuais escritores políticos e econômicos promovem a discussão dos problemas coloniais ou comerciais (LA BLACHE, 1903, p. 100). Naturalmente que, neles, o ponto de vista dominante é a ideia política ou econômica, com a geografia intervindo apenas a título auxiliar. Ela se impõe porque a visão direta das coisas gera cada vez mais a sensação de que seu testemunho é necessário ao esclarecimento das questões múltiplas e complexas da política moderna. Julgar-se-ia particularmente antiquado o diplomata para quem o mundo se limitaria ao conjunto da Europa, ou o comerciante cuja visão não ultrapassaria certos pontos, sem se preocupar com o que está situado mais além. Justo progresso, o qual deve ser festejado! Os geógrafos profissionais devem não somente aplaudi-lo, mas favorecê-lo e servi-lo na medida de suas forças (LA BLACHE, 1903, p. 100).

O geógrafo francês dedica uma admiração ao progresso em conexão com o imperialismo, levando a justificar a invasão de regiões para atingir o desenvolvimento das sociedades mais avançadas (leia-se europeias):

Há nessa civilização uma potência agressiva, um instinto ou, melhor dizendo, uma necessidade de invasão. Nos últimos trinta anos, não tivemos o espetáculo contínuo da concorrência em direção aos mercados disponíveis, do assalto às regiões [contrées] fechadas, do domínio sobre Estados economicamente desarmados? Nessas circunstâncias, seria perigoso jogar um papel passivo como o do rentista, por exemplo. Isso seria resignar-se, antecipadamente, a uma vassalagem econômica que,

diante do enfraquecimento que ela impõe à indústria nativa, é uma das piores formas de abdicação.

O que há de saudável e de estimulante nessa forma de civilização, por tantos ângulos brutal, é o princípio de esforço, a demanda perpétua por progresso (LA BLACHE, 1910, p. 256).

Em passagem apresentada por Sodré, é exposto que La Blache não repudia as teses de Ratzel, sustentando que para fazê-lo teria que primeiro se desvencilhar da ideologia burguesa da época:

Pouco adiante, Lucien Febvre reafirma: ‘O solo, não o Estado: eis o que deve reter o geógrafo’. E lembra, depois, as reações que a obra de Ratzel despertou, na França, algumas já apreciadas aqui: ‘Havia já muito tempo – era um 1898, no dia seguinte ao aparecimento da *Politische Geographie* e no ano mesmo em que E. Durkheim examinava a obra de Ratzel – que Vidal de La Blache declarava, de sua parte: ‘Os fatos da Geografia Política se delinham ainda demasiado esparsos, sem adaptação aos da Geografia Física’. E ajuntava: ‘Acreditamos firmemente, de nossa parte, que nada poderia ser, em definitivo, mais fecundo para a Geografia Política que o desenvolvimento, tão notável, que assume, sob nossos olhos, o estudo físico do Globo. As relações entre o homem e o meio no qual se exerce sua atividade não podem deixar de se revelar ainda mais claramente, à medida que se tateia menos através do estudo das formas, dos climas e da distribuição da vida’ (...) Procurando deslindar as relações entre a natureza e o homem – entre, conseqüentemente, a Geografia Física e a Geografia Humana – Lucien Febvre deixa clara a perplexidade ou a timidez das figuras mais eminentes da Geografia francesa diante das teses de Ratzel. Posição ideológica, no fundo, em que pese o saber daquelas figuras, sua autoridade. Na verdade, só podiam repudiar aquelas teses – e as repudiaram – aqueles que se haviam emancipado da ideologia burguesa. Febvre não se detém em explicar aquela tolerância estranha (SODRÉ, 1989, p. 55-56).

#### 4.2.2 Um geógrafo a serviço do imperialismo e colonialismo francês

Para Milton Santos, Paul Vidal de La Blache “às vezes deu a impressão de apreciar a obra colonizadora” (SANTOS, 2012, p. 32), escrevendo em um dos seus artigos publicados nos *Annales de Geographie* sobre a conquista das distâncias:

Devemos nos congratular porque a tarefa da colonização, que constitui a glória de nossa época, seria apenas uma vergonha se a natureza pudesse ter estabelecido limites rígidos, em vez de deixar margem para o trabalho de transformação ou de reconstrução cuja realização está dentro do poder do homem (SANTOS, 2012, p. 32).

Vidal escreveu diversos artigos sobre as colônias francesas, demonstrando preocupação e visão estratégica com a política empreendida pela França sobre suas possessões. Em relação a zona fronteira entre a Argélia e o Marrocos o geógrafo francês constata que a “ausência política no vale do Molouia prepara para nós uma situação que vai se agravando”, onde “conseqüências de uma má delimitação não cessam de se desenvolver – e

nossa inanição sistemática (eu não diria magistral) não parece configurar a política mais adequada para conter tal situação” (LA BLACHE, 1897, p. 398). Concluindo que a “fronteira oranesa seja um ponto débil em nossa colônia africana” (LA BLACHE, 1897, p. 399).

Sobre o contestado Franco-brasileiro em torno da Guiana – onde atuou como representante do Estado francês, em que o Conselho Federal Suíço resolveu a questão da fronteira favorável ao Brasil, o geógrafo francês lamenta que foram “rejeitadas as pretensões francesas sobre o território dito contestado” e que o Conselho deliberou “contrariamente às demandas da França” (LA BLACHE, 1901, p. 421).

Outro trabalho prestado por La Blache ao Estado francês foi numa conferência internacional realizada em Londres em novembro de 1909, convocada pelo governo britânico para tratar da elaboração de um mapa do mundo em escala milionésima. A conferência contou com 21 membros entre oficiais, professores e engenheiros das principais potências da época, como Grã-Bretanha, EUA, França, Alemanha e Áustria-Hungria, em que Vidal atuou como representante do Ministério da Instrução Pública francesa<sup>16</sup>.

Tal trabalho de mapeamento em escala milionésima visava dar mais precisão às potências imperialistas sobre as extensões de suas colônias e mapear recursos de interesse econômico. O geógrafo francês, consciente destas disputas interimperialistas, observa:

Não há dúvidas de que a Alemanha, que já contabilizou a seu favor o primeiro ensaio ao qual nos referimos anteriormente, esteja apta a iniciar a mensuração do continente asiático. Os Estados Unidos, que levam a cabo com afinco a realização de seu mapa em escala milionésima, abarcarão o continente americano em sua esfera de trabalho. O *War Office* já o começou, nós o vimos, para a África, e é possível prever que ele procederá passo a passo, do sul ao norte e de leste a oeste. Há, portanto, urgência, se a França julga importante associar-se a essa obra internacional e reivindicar a parte que desejamos nos atribuir. A questão da partilha entre os diferentes Estados não foi colocada na Conferência e nem podia sê-lo. Ainda assim, pode-se dizer que uma interrogação tácita atormentava os espíritos. É possível que cada um dos governos representados seja consultado sobre suas intenções. Entretanto, nada nas resoluções ou nas conversas estipulava essa *démarche*. Parece, portanto, que é melhor não esperar para explicitar nossas intenções (LA BLACHE, 1908a, p. 443).

Alertando sobre a posição do governo francês naquela reunião, La Blache argumenta: “entre nós, franceses, trabalhos urgentes não faltam. No entanto, nos pareceria lamentável que nosso país se abstivesse dessa questão [partilha do globo]” (LA BLACHE, 1908a, p. 443).

---

<sup>16</sup> Destacamos a participação de membros da *Royal Geographical Society* e do *War Office* da Grã-Bretanha e do *U.S. Geological Survey* para demonstrar a estreita ligação das sociedades geográficas, institutos de estudos geológicos e também dos organismos militares dos Estados presentes na tratativa de assuntos cartográficos com claros interesses imperialistas.

Em outro artigo, sobre as conquistas francesas na África e o que se pode aproveitar destas colônias, questiona: “qual será o valor desse domínio?” (LA BLACHE, 1911a, p. 452). Concluindo que “sem dúvida, a loteria da colonização reserva, por vezes, felizes surpresas”, ao se referir à abertura de poços artesianos em Gourara e Tuat no Saara, em que encontraram riquezas minerais “sobre a qual podemos depositar alguma esperança” (LA BLACHE, 1911a, p. 453).

Demonstrando seu nacionalismo e preocupação política com os rumos imperialistas da França, dirá em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, que quando chegar a paz, grandes tarefas se apresentarão para sua pátria:

A França terá de prestar contas perante o mundo pelos recursos naturais que já possui e por aqueles que tem a legítima ambição de adquirir. Seria injustiça supor que ela possa falhar nessa tarefa. Já que porventura lhe acontecesse de se esquivar do espírito empresarial, de abrigar por detrás de proteções artificiais, uma timidez de concepção e de hábitos rotineiros, ela estaria declarando sua impotência (LA BLACHE, 1917, p. 460).

#### 4.2.3 O mito da missão civilizatória

Imbricada na utilização ideológica que logrou a Geografia como ciência auxiliar do imperialismo, está o do discurso da missão civilizatória (que no fundo se apresenta como a tese de superioridade racial) com o fim de justificar a exploração de uma nação sobre outra. A cerca disso, Sodré destaca que:

A Geografia constituiu-se, separando-se de ciências com as quais permaneceu afim, na fase em que o capitalismo se preparava para entrar na etapa imperialista, isto é, a última, a que assinalaria, com o crescimento de sua exploração, o início da decadência. Antecedera essa fase, e se alongaria com ela, o colonialismo. A expansão colonial, que alimentou a acumulação capitalista, armou-se ideologicamente. Nesse arsenal ideológico, justificatório da espoliação de numerosas massas humanas, na Ásia, África e América Latina, vamos encontrar algumas das teses que, acolhidas pela Geografia na infância, se constituirão em notórias falsidades. Ela herda, por exemplo, o mito da superioridade racial. Colonialismo e racismo são irmãos xifópagos (SODRÉ, 1989, p. 119).

Assim, “a geografia não ignora as derivações do racismo que o evolucionismo frequentemente ampara” (CLAVAL, 2014, p. 366). Citando a obra *Racisme et Civilisation* de Maxime Rodinson, Sodré levanta o assinala expresso no colonialismo:

A colonização é, com efeito, uma situação que implica com máxima necessidade o racismo. Todo poder opressor tem necessidade de se justificar aos olhos daqueles que o exercem e, mais ainda, aos olhos dos outros. E que melhor justificação existe que a inferioridade intrínseca dos oprimidos, que sua incapacidade de ser governar a si mesmos, a julgar por si mesmos? Assim, o explorador pode aparecer como o bom tutor, o protetor paternal de populações pueris e turbulentas. Poucos homens podem

dispensar uma boa consciência. O colono tem necessidade daquela que o racismo lhe fornece (SODRÉ, 1989, p. 119).

Outro aspecto de justificativa da obra colonial realizava-se por meio da “associação da doença às zonas geográficas objeto de colonização”, o que “correspondia a denunciá-las como inferiores, e aos seus habitantes, por mais esse aspecto” (SODRÉ, 1989, p. 121).

La Blache escreve que existem partes da Terra em que as sociedades apresentam “formas imperfeitas, embrionárias ou rudimentares que marcam, nas relações da terra e do homem, muitos graus diversos, estágios mais ou menos avançados” (LA BLACHE, 1898, p. 414). Expressando que “o europeu moderno, sobretudo, é o artesão infatigável de uma obra que tende a uniformizar, senão o planeta, pelo menos cada uma das zonas do planeta” (LA BLACHE, 1898, p. 409). Lamentando que a zona fronteira entre a Argélia e Marrocos “não teve as honras de uma exploração européia” (LA BLACHE, 1897, p. 395).

Em *A Geografia Política: a propósito dos escritos do Sr. Friedrich Ratzel*, de 1898, Vidal reafirma a missão civilizatória do europeu no continente africano: “Madagascar permaneceu, do ponto de vista político, um pequeno continente: a colonização européia, sem dúvida, irá desenvolver aí o caráter insular e fará afluir a vida sobre o seu litoral” (LA BLACHE, 1898, p. 407).

Em toda a parte da África que ainda não foi modificada pelas influências européias ou árabes, não existem cidades no verdadeiro sentido da palavra; não se pode dar o nome de cidades a aglomerações de palhoças que não têm, por assim dizer, nem corpo nem alma, nem mesmo a residências<sup>17</sup> (LA BLACHE, 1898, p. 414-415).

Sobre uma missão militar francesa empreendida no Peru em 1901, com o objetivo de reconhecimento geográfico para buscar o melhor traçado entre a costa do Pacífico e o Amazonas, La Blache caracteriza grupos de índios que vivem na região de Montana como “preguiçosos e miseráveis” (LA BLACHE, 1906, p. 429), louvando, ao contrário, uma colônia alemã de “corajosos pioneiros” em Pozuzo, a quem chama de “brava gente” com uma “perseverança digna de elogios” por terem ali se estabelecidos, concluindo que “somente nesse nível uma colonização européia teria chance de se implantar” (LA BLACHE, 1906, p. 429).

#### 4.3 GEOGRAFIA ESCOLAR, UM SABER (IN)ÚTIL

<sup>17</sup> “Residência” aqui tem o sentido de lugar em que residiam, nos países na condição de protetorados, os altos funcionários (ou *résidents*) designados pelo Estado “protetor”.

### 4.3.1 A escola e escolarização como forma de consolidação dos Estados-nacionais

Antes de compreendermos o papel ideológico da geografia escolar e como ela foi utilizada na França, é preciso esclarecer a função da escola e da escolarização. Função que nos é brevemente exposta por Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira:

A escola e a escolarização se firmam ao longo do século XIX, no mesmo momento em que se dá a consolidação do Estado nacional e do capitalismo, sob a hegemonia da burguesia. Detentora do poder político, ela percebe que sua dominação pode ser mantida não apenas através do poder repressivo, mas também da disseminação de seus valores de classe apresentados como universais. A rede de escolas que então se implanta no interior dos diferentes territórios europeus assume um caráter nacional, pois, para a constituição do Estado-nação, torna-se indispensável a utilização de instituições que possibilitem a imposição da nacionalidade. Esta situação permite perceber com facilidade o papel da escola e das próprias disciplinas que compõem o seu currículo, na disseminação de uma ideologia comprometida com o nacionalismo patriótico (PEREIRA, 2009, p. 26).

### 4.3.2 Função ideológica e a geografia escolar francesa

A geografia escolar que tem seu modelo reproduzido até hoje, foi imposta a todos no final do século XIX na França, em que diferentes interesses políticos, econômicos e sociais estão em jogo. De acordo com Pereira:

seu objetivo principal reside na inculcação de uma ideologia nacionalista e patriótica veiculada através da ideia de que a forma Estado-nação ou país (termo mais geográfico porque mais relacionado ao território) é natural e eterna. A imagem da pátria é enaltecida, e seu futuro relacionado ao do seu povo, como se não se tratasse de uma construção histórica, mas de um conjunto espacial construído pela própria natureza. Isto explica por que o estudo geográfico de qualquer país se inicia pelos aspectos relativos ao seu território: localização, extensão, limites, quadro natural, etc. (PEREIRA, 2009, nota 12, p. 26-27).

Dessa forma, “a geografia é incluída nos currículos por razões geopolíticas enquanto não só marca a naturalidade do homem no espaço, mas também sustenta que o homem só é humano porque incluído num espaço politizado, nacional” (PEREIRA, 2009, p. 27). Ou seja,

A formação discursiva da geografia que vem se manifestando desde o século XIX não pode ser analisada dissociada do sistema de ensino. Geógrafos do porte de Paul Vidal de La Blache e de Aroldo de Azevedo, por exemplo, tiveram um papel destacado nos rumos da geografia acadêmica e também como autores de livros didáticos para o ensino de nível básico e médio, passando uma visão de geografia que se tornou hegemônica por muito tempo (PEREIRA, 2009, nota 14, p. 28).

Os efeitos ideológicos da geografia escolar levam aos seguintes resultados:

- 1 – dissimular a ideia de que o saber geográfico pode ser um poder, que certas representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos;
- 2 – impor a ideia de que o que vem da geografia não deriva de um raciocínio, sobretudo nenhum raciocínio estratégico conduzido em função de um jogo político.



A paisagem! Isso se contempla, isso se admira: a lição de geografia! Isso se aprende, mas não há nada para entender. Uma carta! Isso serve para quê? É uma imagem para agência de turismo ou o traçado do itinerário das próximas férias (LACOSTE, 2012, p. 35).

No ensino da geografia isso se refletirá na maneira de apresentar a “formação histórica de uma nação como sendo ‘natural’, destacando o estudo da ‘terra’ e não da ‘sociedade’” (LACOSTE, 2012, p. 47).

Acerca da geografia escolar francesa, Pereira ainda destaca que

Já em 1857, as normas do Ministério da Instrução Pública na França estabeleciam que o ensino elementar de geografia devia basear-se na observação do meio familiar à criança e defendem o uso do método intuitivo que segue do particular para o geral, da aldeia ao departamento e à França. Note-se como este é o caminho que ainda hoje é seguido pela programação de geografia nas escolas elementares brasileiras: o bairro, a cidade, o estado e, finalmente, o Brasil. Na França, a necessidade de formação de professores também faz com que em 1861 o ensino da geografia seja introduzido na Escola Normal Superior (PEREIRA, 2009, nota 33, p. 44-45).<sup>18</sup>

E também segundo Lacoste

Na França, o ensino da geografia foi instituído no fim do século XIX, já exatamente na época em que o processo de espacialidade diferencial começava a se expandir para a maioria da população. A geografia está, então, a tal ponto ligada à escola, na representação coletiva, que a carta da França ou o globo terrestre figuram sempre em local destacado, entre as imagens que estão expostas numa sala de aula (LACOSTE, 2012, p. 53).

Concluindo que

A instauração do ensino da geografia na França no fim do século XIX não teve, portanto, como finalidade (como na maioria dos países) difundir um instrumental conceitual que teria permitido apreender racional e estrategicamente a espacialidade diferencial de pensar melhor o espaço, mas sim de naturalizar ‘fisicamente’ os fundamentos da ideologia nacional, ancorá-los sobre a crosta terrestre. Paralelamente, o ensino da história teve por função a de relatar as desgraças e os sucessos da pátria (LACOSTE, 2012, p. 55).

---

<sup>18</sup> Nota-se que tal método, que parte do particular e não do todo, abandona a compreensão da totalidade distanciando-se do método de Marx que parte do geral ao particular. Quando Marx (1982) escreve no prefácio de 1859 que “o leitor que me quiser de facto seguir terá de se decidir a ascender do singular para o geral” ele se refere ao método de exposição e não ao método de apreensão da realidade, que deve partir do geral, da “totalidade”. Método que fica evidente na introdução de 1857: “é preciso fazer a subdivisão da seguinte maneira: 1) as determinações universais abstratas, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade. 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado). 3) Síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerada em relação a si mesma. As classes ‘improdutivas’. Impostos. Dívida pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4) Relação internacional de produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Curso do câmbio. 5) O mercado mundial e as crises” (MARX, 2011, p. 88).

Tais considerações levam Yves Lacoste a sustentar que a “influência das ideias ‘vidalianas’” causou “o mal-estar epistemológico original da geografia dos professores, a transformação de um saber estratégico num discurso apolítico e ‘inútil’” (LACOSTE, 2012, p. 99).

#### 4.4 PLURALISMO: A GEOGRAFIA VÍTIMA DO REVISIONISMO

Assiste-se na geografia, e também no âmbito das ciências em geral, um avanço do revisionismo em relação a acontecimentos históricos ou conceitos que não se aplicam mais ao atual estágio de desenvolvimento da humanidade. Essa nova roupagem que visa esconder o conteúdo ideológico das ciências se traveste em termos como o do pluralismo ou de múltiplas abordagens:

Os representantes da ideologia dominante jamais se cansam de exaltar seu ‘pluralismo’. Independentemente da intenção apologética bastante óbvia de tal reivindicação, contraposta aos pretensos ‘holismo’ e ‘totalitarismo’ do adversário, há nela um certo grau de verdade, visto que várias abordagens ideológicas contrastantes são compatíveis com os imperativos sociais gerais da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2014, p. 243).

É o caso da coletânea de textos traduzidos de Vidal de La Blache reunidos na obra “*Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*”, organizada por Rogério Haesbaert, Sergio Nunes Pereira e Guilherme Ribeiro. Os autores discordam das críticas que La Blache recebeu durante boa parte do século XX, que enfatizaram o seu papel na história do pensamento geográfico pautado na preocupação com a escala regional, indicando ser ele um “geógrafo empirista, descritivo” (HAESBAERT *et al*, 2012, p. 13). Isto seria fruto do pouco material publicado em português, com o texto central de *Les caracteres distinctifs de la Géographie* (1913) publicado em coletânea organizada por Antonio Christofolletti (1982). Os autores propõem que

se quisermos compreender com mais clareza e amplitude a herança geográfica de Vidal de La Blache, é necessário ‘descanonizá-lo’, isto é, interpretar sua reflexão a partir de seu **caráter dinâmico e múltiplo** (daí o ‘Vidais’ no título deste livro) – aspecto dado também pelo contexto histórico e o diálogo travado pelo autor com seu tempo. Em outras palavras, a obra de Vidal de La Blache, antes de ser um bloco monolítico e rígido, admite metamorfoses e complexidades (HAESBAERT *et al*, 2012, p. 14, negritos nossos).

Há um problema nessa concepção dos organizadores da Obra Vidal, Vidais. A ideias de múltiplos “Vidais” leva ao risco de considerarmos o pensamento de La Blache (e demais autores) a partir de vários discursos, que podem ser interpretados da forma como cada um

desejar. Para justificarem seu ponto de vista, os organizadores recorrem ao pensamento de Foucault: “boa parte da problemática levantada por este trabalho é sugerida indiretamente pelos escritos do filósofo francês Michel Foucault”, de sua “reflexão em torno da criação de discursos”, afirmam os autores (HAESBAERT *et al*, 2012, p. 14). Entendemos, tal como Mészáros (2014, p. 109), que “tais abordagens, em sua substância, são completamente idealistas, pois tentam explicar as mudanças no clima cultural-ideológico dominante como consequência de uma dinâmica teórica das próprias ideias”, ideias que não estão desconectadas de determinada correlação de forças e inclinações políticas. Quando Foucault (2017, p. 261) afirma que: “cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir **não** dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder” ele remove as disputas ideológicas, o que se trata de uma perspectiva liberal. Além disso, não há uma filosofia que seja um produto apenas das consciências ou no caso de Foucault da formação dos discursos.

Aspecto que evidenciamos no capítulo passado ao criticarmos a exposição de Guilherme Ribeiro (2012) sobre a geografia regional e o gênero de vida de La Blache, que apresenta tais concepções como “completamente atuais”. Mudanças conceituais que parecem “um modo de assegurar um ‘tipo correto de avaliação’ das inegáveis mudanças, que não interferisse com a ideologia que insistia na naturalidade e na insuperabilidade da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2014, p. 253).

Também no prefácio, escrito por Paul Claval, encontramos uma mudança de significado no entendimento de Vidal. Claval critica aqueles que dizem que La Blache resumiu-se apenas à abordagem regional sob a ótica da região natural, defendendo que o geógrafo francês se dedicou igualmente ao estudo da dinâmica econômica e seu impacto no espaço: “Ignoravam o profundo engajamento político de um homem que amava seu país, apoiava sua expansão colonial e queria contribuir para seu esplendor” (HAESBAERT *et al*, 2012, p. 9). Claval conclui que na coletânea organizada “os textos escolhidos mostram de forma admirável o contexto nacionalista da época e o apoio que Vidal concedia ao imperialismo francês” (HAESBAERT *et al*, 2012, p. 11). Ora, sem que precisássemos estabelecer uma relação entre as duas frases – já que a expressão “admirável” da segunda citação parece dizer mais respeito às novas publicações da obra de Vidal do que o seu conteúdo – o conjunto da argumentação de Claval permite de qualquer modo uma inquietante

indagação: estaríamos agora autorizados louvar o engajamento político de La Blache, que serviu à expansão colonial francesa, um processo brutal de exploração e pilhagem?

Todavia, é no texto de Sergio Nunes Pereira (2012) que abre a coletânea dos escritos de Geografia Política do geógrafo francês que se exacerba o revisionismo em torno da produção lablacheana, bem como a omissão em criticar sua relação com o imperialismo francês. Para o autor, é preferível não se aprofundar as questões em torno da geografia política que dizem respeito às “ações estratégicas e de controle do território desenvolvidas por Estados em nível nacional, continental ou, quando europeus, com relação a domínios de ultramar”, e isto para “não engessarmos a discussão pretendida” (PEREIRA, 2012, p. 338). Tratando da vinculação da Geografia Francesa com o colonialismo não por meio de conceitos como imperialismo e do próprio colonialismo, mas apenas como “movimento colonial” (PEREIRA, 2012, p. 340). Como se vê, trata-se de uma remoção destes conceitos.

Mais adiante, Pereira afirma que “não há tabu ou ‘espectro’ envolvendo a geografia política”, uma vez que as “objeções de Vidal à amplitude do campo são de natureza basicamente cognitiva, sem qualquer preocupação com conteúdos ideológicos potencialmente ameaçadores de sua integridade científica” (PEREIRA, 2012, p. 350). Como demonstramos ao longo do capítulo, La Blache, ao colaborar com o imperialismo francês, toma claramente posição ideológica, a posição ideológica da classe dominante francesa. Uma conclusão se impõe, portanto: a remoção dos conceitos de imperialismo e colonialismo é a própria remoção das questões ideológicas e, assim, uma proposta de despolitização da discussão.

E esta despolitização é aspecto talvez mais relevante deste revisionismo, que pretendendo reescrever a história do pensamento da Geografia, termina ele mesmo por ser anticientífico, já que é uma clara distorção. Sua tarefa é, afinal, a de não acertar as contas com o passado, impedindo de realizar uma verdadeira crítica, que faça pensar sobre os erros pretéritos, ou de ocultar episódios em que nossa ciência foi utilizada para fins não tão nobres:

A história da instauração da política de ‘áreas de influência’, formulação geográfica das relações internacionais que o imperialismo institui a partir das últimas décadas do século XIX e que se manterá até a década de 50 do século XX, ilustra o que tem sido a história da geografia. Os historiadores da geografia, quando se remetem ao que ela tem sido, não fazem mais do que esconder, sob uma pitada superficial de crítica, o significado e a extensão do seu comprometimento real. Fazem-no descritivamente, sob o mesmo modo como produzem o conhecimento geográfico. Talvez por isso a geografia seja um saber tão desprovido de historiadores e crítica interna (MOREIRA, 1986, p. 13).

Situada no mesmo plano da ‘geografia alemã’, o da geografia institucional, a ‘geografia francesa’ jamais se constituirá na crítica da geografia comprometida com o capital. Gerada para servir ao imperialismo francês, assim com a geografia ratzeliana o havia sido para servir ao imperialismo alemão, a geografia francesa tem os limites da denúncia e da crítica em si mesma (MOREIRA, 1986, p. 39).

Paul Claval parece rechaçar que cientistas possam ter vinculações ideológicas, mesmo que esta vinculação não seja com a ideologia da classe dominante, mas a ideologia do proletariado como apresentou Lênin. O geógrafo francês questiona:

A questão do engajamento está próxima daquela da ideologia: não se corre o risco, participando dos debates políticos do mundo atual, de trocar a roupagem de especialista pela de ideólogo?

O perigo é real, como prova a análise hoje proposta sobre a formação das ideologias (CLAVAL, 2007). Para viver, os homens têm necessidade de acreditar em algo que dê um sentido à sua existência individual e aos papéis que desempenham na sociedade onde vivem, bem como algo que os tranquilize a respeito do que ocorrerá após sua morte (CLAVAL, 2014, p. 364).

Mas além dessa visão contestatória, de relacionar o engajamento social como algo negativo, outro discurso é posto, o de remover completamente a discussão sobre ideologia, levado a cabo pelas classes dominantes. Mézáros afirma que:

Na verdade, proclamar ‘o fim da ideologia’ é em si uma ideologia característica. Significa a adoção de uma perspectiva não-conflituosa dos desenvolvimentos sociais contemporâneos e futuros (posição com a qual os defensores dos interesses ideológicos dominantes se comprometeram ao proclamar, totalmente, ‘o fim da ideologia no Ocidente’) ou a tentativa de transformar os conflitos reais dos embates ideológicos na ilusão das práticas intelectuais desorientadoras, que imaginariamente ‘dissolvem’ as questões em discussão mediante alguma pretensa ‘descoberta teórica’ (MÉSZÁROS, 2014, p. 109).

#### 4.5 SUPERAR A IDEOLOGIA DOMINANTE E CONSTRUIR UMA GEOGRAFIA ANTIIMPERIALISTA

De acordo com o exposto podemos dizer que há uma ideologia geográfica no pensamento de La Blache. Que se expressa na sua vinculação profissional com os empreendimentos coloniais franceses e de seus escritos que corroboram com uma visão imperialista das classes dominantes francesas. Além disso, Vidal estendeu sua influência ideológica à geografia escolar francesa.

Se tomarmos os atributos que configuram uma ideologia geográfica, tal qual apresentada por Moraes, podemos vincular as posições de Vidal sobre o papel civilizatório do colonialismo francês frente aos países africanos como característica do primeiro ponto “da ‘aptidão’ de certas porções do planeta, ou ainda o do ‘destino’ de determinados lugares” (MORAES, 1988, p. 44-45).

Como apontado no capítulo anterior, La Blache afirma que “o desenvolvimento de um gênero de vida é uma *questão essencialmente geográfica*” (1911b, p. 159, itálicos nossos), o que leva a tomar “questões sociais por qualidades do espaço” (MORAES, 1988, p. 45), demonstrando que não somente as teses deterministas, mas também o gênero de vida pode incorrer em tal análise, sendo o segundo atributo das ideologias geográficas.

Em um aspecto da discussão ideológica podemos, pelo menos em parte, absolver Vidal de La Blache, aquela que tange às disputas entre “escolas nacionais” de geografia. São, principalmente, seus seguidores que contribuirão para essa condição da geografia, que para Milton Santos está ligada “a um certo gênero de competição”, constituindo “uma forma a mais de exercitar o imperialismo cultural, que é uma maneira insidiosa de insinuar, por meio dos intelectuais locais, uma interpretação alienada das realidades sociais” (SANTOS, 2012, p. 127-128). Conclui o geógrafo baiano que as “Escolas Nacionais de Geografia funcionaram mais nas respectivas áreas de colonização política, econômica ou cultural, do que mesmo dentro dos limites de cada país” (SANTOS, 2012, p. 128). É assim que, por exemplo, países africanos colonizados pelos franceses carregam essa marca colonialista em sua Geografia.

Podemos e devemos superar a ideologia e o imperialismo presente em Vidal de La Blache e na produção geográfica das classes dominantes:

A Geografia necessita, fundamentalmente, deixar de ser guarida de teses e de postulados gerados no arsenal ideológico do colonialismo e do imperialismo. Não basta que deixe de ser meramente descritiva, para ser explicativa. Não basta arrolar, inventariar, catalogar. É preciso compreender. Mas, para compreender, precisa vincular-se à verdade, atirando ao lixo o amontoado de falsidades que a sobrecarrega, que vive de uma conveniente, premeditada e interessada repetição (SODRÉ, 1989, p. 129).

Ideologia que sob o prisma do positivismo, assume papel de frear alterações substanciais na sociedade, como o próprio Durkheim assume:

É tarefa do positivista explicar aos estudantes que os fenômenos psíquicos e sociais são fatos como os outros, como os fatos naturais, são submetidos a leis que a vontade humana não pode perturbar. Como os fatos sociais não dependem da vontade humana, por consequência, as revoluções, no sentido próprio da palavra, são tão impossíveis quanto os milagres (LÖWY, 1985, p. 41).  
O nosso método não tem nada de revolucionário, pelo contrário, ele é essencialmente conservador, porque considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais maleável que seja, não pode ser modificada pela vontade humana (LÖWY, 1985, p. 44).

Nesse sentido, La Blache (1910, p. 256) se afasta dum pensamento revolucionário ao citar Proudhon:

‘Decifra-me ou te devoro!’, escrevia no frontispício de um livro sobre a Revolução. Por *menos apreço* que possamos ter por *fórmulas dramáticas*, é um pouco o

sentimento que se experimenta diante dessa grandiosa força que procede por concentração e acumulação e que parece impossibilitada de diminuir sua marcha sobre o trilho em que desliza.

Na passagem acima, Vidal não se refere à revolução de caráter social, mas à revolução industrial e ao progresso técnico que trouxe enormes consequências pela aplicação do vapor aos transportes e à indústria. Apontando a necessidade de manter em harmonia os interesses administrativos, políticos e econômicos da França no início do século XX.

A história do pensamento geográfico não é estática, tampouco a economia e as transformações da sociedade de cada época. Temos um grande acervo de produção teórica na Geografia que nos permitem enterrar o velho, sobretudo daquela geografia crítica dos anos 1970 e 80 que rompe com o neopositivismo da geografia quantitativa e de novos estudos que trazem à tona o debate dos movimentos sociais, as questões de raça, gênero, e cultura interligados com aspectos de classe. Para Marx,

aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. São leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário (LÖWY, 1985, p. 15).

Milton Santos dedicou sua produção teórica para a construção de uma Geografia Nova, buscando romper com aquela geografia voltada apenas aos interesses das classes dominantes, propondo um olhar crítico aos problemas sociais e ambientais apontando que a geografia pode contribuir para a solução de tais questões. Temos, portanto, um amplo legado que nos incentiva a transformar a ciência geográfica, compreendendo os fenômenos sociais de maneira crítica. O geógrafo baiano expressa seu posicionamento anti-imperialista com valiosa contribuição ao incluir o espaço na noção de totalidade:

Se o espaço é concebido como um todo, então a distinção artificial entre ‘espaço econômico’ e ‘espaço geográfico’ poderia ser abolida (Santos 1971, 1974a). Dever-se-ia conceber o espaço como um todo e não como um espaço aristocrático onde os fluxos estudados são unicamente aqueles das grandes empresas e população burguesa. Isto produziria uma verdadeira geografia da pobreza, uma geografia onde riqueza e pobreza não fossem tratadas como entidades separadas, mas como partes complementares de uma só realidade (SANTOS, 1982, p. 17).

Ainda repousando sobre Milton Santos (2012), cabe insistir que, enquanto a tecnologia muda, a estrutura social também muda, influenciando a natureza, já que esta não está separada da totalidade das relações: “A história humana é marcada por saltos

quantitativos e qualitativos, que significam uma nova combinação de técnicas, uma nova combinação de forças produtivas e, em consequência, um novo quadro para as relações sociais” (SANTOS, 2012, p. 198).

## 5 CONCLUSÃO

Entendemos que o objetivo deste trabalho, de apontar de maneira crítica as bases teóricas da geografia e do pensamento geográfico de Paul Vidal de La Blache, está longe de se dar por encerrado. Primeiro, porque restam ainda diversas obras de La Blache a serem analisadas, das quais não tivemos acesso durante a realização desta pesquisa. Segundo, porque seria demasiada presunção decretar conclusivo tal debate, uma vez que a discussão sobre a história do pensamento geográfico e da epistemologia de nossa ciência está em constante movimento. Mas, buscamos dar um passo inicial, trazendo à tona novas leituras sobre o geógrafo francês, com o intuito de fomentar esta discussão. A Geografia, assim como os demais ramos do conhecimento avançaram através de erros e acertos, em que para avançar na construção do conhecimento científico da geografia é preciso “distinguir, no caso, a variedade dos erros: uns derivados das ciências vizinhas, outros inerentes ao trabalho dos geógrafos, uns terceiros ligados à luta ideológica que, por vezes, os sacralizava em mitos” (SODRÉ, 1989, p. 86).

Para tanto,

o estudioso de Geografia, e particularmente aquele que deseja e precisa separar a ideologia da ciência, ou melhor, na obra de determinado autor, o que pertence à ideologia do que pertence à ciência, deve adotar (...) a posição preliminar e indispensável da colocação dos problemas em seu contexto histórico, sem o que eles aparecem sempre com graves deformações. É preciso, em tudo, não esquecer que se deve considerar as situações: a) somente do ponto de vista histórico; b) somente em relação com as outras; c) somente em relação com a experiência concreta da História (SODRÉ, 1989, p. 40-41).

Podemos constatar, tal como fez Lacoste (2012, p. 60), que o procedimento vidaliano “impede de apreender as características espaciais dos diferentes fenômenos econômicos, sociais e políticos”. Seja pelo método positivista, ausente de compreensão dialética, que impede inferir explicações profundas de determinado fenômeno e sua inter-relação com demais fatores – além de buscar explicações naturais a partir de explicações naturais. Seja pela noção de Gênero de Vida, um conceito “obstáculo” que contribuiu para cristalizar a explicação de desigualdades regionais devido às técnicas que determinada sociedade emprega. Além disso, a geografia vidaliana estava em harmonia com a política dominante da França,



não escondendo sua vinculação com a burguesia e os interesses imperialistas e de expansão colonial promovidos pelo Estado francês.

Tomamos emprestadas as palavras críticas do geógrafo inglês David Slater sobre a corrente geográfica “anglo-saxã”, para validar nossa posição sobre a geografia lablacheana:

Uma metodologia invertida, na qual a concentração das técnicas busca impor-se e substituir a concentração teórica; a consagração das abstrações mecânicas obtidas através do isolamento de variáveis escolhidas fora do contexto da realidade socioeconômica; a descrição e a medida das formas em lugar da explicação dos processos; (...) o império da ideologia capitalista que leva a esquecer que a organização do espaço em uma determinada formação social tem uma relação direta com a estrutura de classes presente nessa formação social e com as suas conexões externas (SANTOS, 2012, p. 107).

Apesar dos limites da Geografia Clássica lablacheana e de sua vinculação com as classes dominantes e seus ensejos, não significa que devemos desconsiderar o esforço de reflexão histórico-geográfico contido na obra de Paul Vidal de La Blache. Ainda assim, devemos analisar de maneira crítica seus pressupostos e “ver que forças sociais o filósofo expressa – ele e qualquer outro de sua época – quando se manifesta como homem de partido, como porta-voz ideológico de classe” (SODRÉ, 1989, p. 40-41). Elementos necessários para uma justa superação de suas ideias.

Este foi parte do esforço do presente trabalho, de rever, sob à ótica crítica e de acordo com a realidade concreta de nosso tempo, as verdades científicas do passado para ceder lugar as novas verdades científicas. Finalizamos com uma provocação de Gramsci, incentivando novos estudos para que a Geografia não seja um fóssil, preso aos preceitos do passado:

A própria visão do mundo responde a determinados problemas delineados pela realidade, bem determinados e ‘originais’ na sua atualidade. Como se pode pensar no presente e num presente bem determinado, com um pensamento elaborado por problemas de um Passado a miúdo remoto e superado? Se assim ocorre, quer dizer que se é ‘anacrônico’ na própria época, que se é um fóssil e não um ser que vive modernamente (A. Gramsci, 1970, 1972, p. 13 *apud* Santos, 2012, p. 198).

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Rui Ribeiro de. Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, n. 3, p.419-432, dez. 2014.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. 407 p.
- DRESCH, J. Reflexões sobre a Geografia. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 1, p. 207-214, 2016.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. Cap. 10. p. 244-261.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 11: Introdução ao estudo da filosofia. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 464 p.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. A carta internacional do mundo ao milionésimo, 1908a. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 437-445.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. A conquista do Saara, 1911a. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 447-454.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. A geografia humana: suas relações com a geografia da vida, 1903. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 99-123.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. A geografia política: a propósito dos escritos do Sr. Friedrich Ratzel, 1898. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 401-420.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. A missão militar francesa no Peru, 1906. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 425-430.

LA BLACHE, Paul Vidal de. A zona fronteiriça entre a Argélia e o Marrocos conforme novos documentos, 1897. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 389-399.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As Características Próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 37-47.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As condições geográficas dos fatos sociais, 1902. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 85-98.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As divisões fundamentais do território francês (partes I, II e IV), 1888. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 203-212.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As regiões francesas, 1910. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 245-275.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Aula inaugural do curso de geografia, 1899. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 67-83.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Da interpretação geográfica das paisagens, 1908b. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 125-130.

LA BLACHE, Paul Vidal de. O contestado franco-brasileiro, 1901. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 421-424.

LA BLACHE, Paul Vidal de. O princípio da geografia geral, 1896. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 47-65.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Os gêneros de vida na geografia humana: segundo artigo, 1911b. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 159-181.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Os gêneros de vida na geografia humana: primeiro artigo, 1911c. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 131-158.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Os pays da França, 1904. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 229-244.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Sobre o princípio de agrupamento na Europa ocidental, 1917. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 455-464.

LACOSTE, Yves. **A geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário gramsciano: (1926-1937).** Trad. Ana Maria Chiarini (*et al.*); rev. técnica Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, Domenico. A hipocondria do antipolítico: um diagnóstico. In: LOSURDO, Domenico. **A hipocondria da antipolítica: História e atualidade na análise de Hegel.** Rio de Janeiro: Revan, 2014. p. 9-18.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 112 p.

MAMIGONIAN, Armen. A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos** / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n. 6 (maio 2003). Florianópolis: Imprensa Universitária, 2003. 44 p.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política / Karl Marx;** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Zur Kritik der Politischen Oekonomie** von Karl Marx . Erstes Heft, Berlin 1859. Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Tradução: José BARATA-MOURA, Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** 1.ed., 5.reimpr. São Paulo: Boitempo, 2014. 566 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1988.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias.** 2. ed., 3. reimpr. – São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia.** 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. O imperialismo. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 8. p. 168-209.

PEREIRA, Sergio Nunes. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 337-362.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

RIBEIRO, Guilherme. Geografia humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 23-40.

SANTOS, Milton. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: Teoria e Crítica: O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982a. p. 13-22.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982b.

SILVA, Marcos Aurélio da. Apresentação. In: COITINHO, Rita. **Entre duas Américas: EUA ou América Latina?**. Florianópolis: Insular, 2019. p. 15-20.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: Geografia e ideologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 135 p.

SUERTEGARAY, D. M. Notas sobre Epistemologia da Geografia. In: **Cadernos Geográficos**. Departamento de Geociências/UFSC. Florianópolis, n. 12, Maio, 2005.